



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185



Ofício n.: 12536/2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 1/2021

Processo n.: 1092162 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo José de Araújo
Presidente da Câmara Municipal de Unai

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI - MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES
☒ Recebido ☒ Numere-se ☒ Publique-se
Unai-MG, 16 / agosto / 2021

Senhor Presidente,

PRESIDENTE

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.^a que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 13/05/2021, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 25/05/2021.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do **Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP**, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Respeitosamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI-MG
PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
NO SAQUÃO DA CÂMARA

EM: 16 / agosto / 2021

COORDENADOR RESPONSÁVEL

p/ Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI – MINAS GERAIS
DIÁRIO OFICIAL 10:40 2021 15:13 002215 1/2

COMUNICADO IMPORTANTE

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br
Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público-SIMP, ligar para (31) 3348-2196



DADOS DO PROCESSO:

No Processo: 1092162 **Protocolo/Ano:** 9000150800 / 2020 **Data Cadastro:** 15/06/2020 **Ano Ref.:** 2019

Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL **Tipo de Administração:** DM

Localização: COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO - CADEL **Novo Processo:**

Situação: AGUARDANDO AR - PARECER PRÉVIO

Procedência: MUNICÍPIO DE UNAI

No Antigo: **Processo Principal:** **Qtde. Anexos:** 0

Município: UNAI

DISTRIBUIÇÃO:

Relator: CONS. SUBST. TELMO PASSARELI **Distribuído em:** 15/06/2020

Colegiado: SEGUNDA CÂMARA **Redistribuído em:** 15/12/2020

Auditor:

Procurador MP: MARCÍLIO BARENCO **Distribuído em:** 08/04/2021

Assunto: REMESSA DE PRESTACAO DE CONTAS ANUAL DO EXERCICIO DE 2019

RESPONSÁVEL / INTERESSADO / PROCURADOR:

Nome: CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI **Tipo:** Interessado(a)

Nome: JOSE GOMES BRANQUINHO **Tipo:** Ordenador

Nome: MUNICÍPIO DE UNAI **Tipo:** Órgão/Entidade de Atuação TC

ÚLTIMAS TRAMITAÇÕES:

N GUIA:	Origem:	Destino:	Ocorrência:
1605347	25/05/2021 COORD DE REGISTRO E PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS E PARECERES	25/05/2021 COORDENADORIA DE PÓS- DELIBERAÇÃO - CADEL	CUMPRIMENTO DE DECISÃO COLEGIADA
1602526	13/05/2021 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	13/05/2021 COORD DE REGISTRO E PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS E PARECERES	ELABORAÇÃO DO REGISTRO DAS DECISÕES

1598313	26/04/2021 GABINETE DO CONS. SUBSTITUTO TELMO PASSARELI	26/04/2021 SECRETARIA DA 2ª CÂMARA	MARCAÇÃO DE PAUTA
1595133	09/04/2021 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	09/04/2021 GABINETE DO CONS. SUBSTITUTO TELMO PASSARELI	CONCLUSÃO AO RELATOR
1595088	09/04/2021 GABINETE DR. MARCÍLIO BARENCO	09/04/2021 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	DEVOLUÇÃO COM PARECER
1594980	09/04/2021 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	09/04/2021 GABINETE DR. MARCÍLIO BARENCO	CONCLUSÃO AO PROCURADOR
1594906	08/04/2021 GABINETE DO CONS. SUBSTITUTO TELMO PASSARELI	08/04/2021 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
1594224	06/04/2021 COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAIS	06/04/2021 GABINETE DO CONS. SUBSTITUTO TELMO PASSARELI	CONCLUSÃO AO RELATOR
1539486	17/06/2020 PROTOCOLO	17/06/2020 COORDENADORIA DE ANÁLISE DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAIS	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO

DECISÃO(ÕES):

Sessão: 13/05/2021	Tipo: NORMAL	Competência: SEGUNDA CÂMARA	Relator: CONS. SUBST. TELMO PASSARELI
Decisão: APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO		Ocorrência:	

OFÍCIO(S):

Ano	No	Parte	Dt.Comun.	Dt.Vcto.	Ocorrência
2021	12538	LÍLIAN CUNHA RISSI MATUSITA	22/07/2021		COMUNICAÇÃO DE PARECER PRÉVIO
2021	12536	PAULO JOSÉ DE ARAÚJO	22/07/2021		COMUNICAÇÃO DE PARECER PRÉVIO

PEÇAS PROCESSUAIS:

Data do Arquivo	Descrição	link
30/07/2021	CERTIDÃO	Ver íntegra do documento
30/07/2021	TERMO	Ver íntegra do documento

30/07/2021	CERTIDÃO DE TRÂNSITO	Ver íntegra do documento
30/07/2021	OFÍCIO	Ver íntegra do documento
30/07/2021	OFÍCIO	Ver íntegra do documento
25/05/2021	CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO	Ver íntegra do documento
20/05/2021	PARECER	Ver íntegra do documento
13/05/2021	TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE PROCURADORES	Ver íntegra do documento
23/04/2021	RELATÓRIO CONSELHEIRO	Ver íntegra do documento
09/04/2021	PARECER MP	Ver íntegra do documento
07/04/2021	DESPACHO RELATOR	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO DE CONCLUSÃO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	RELATÓRIO ELETRÔNICO PCA	Ver íntegra do documento
06/04/2021	TERMO DE ENCAMINHAMENTO	Ver íntegra do documento
15/06/2020	TERMO DE DISTRIBUIÇÃO	Ver íntegra do documento



* Em cumprimento ao disposto no artigo 5º da Portaria nº 45/PRES/2020, publicada em 02/07/2020, informamos que a partir de 17/07/2020 os documentos anexados aos processos, no curso de sua regular tramitação no TCEMG, serão disponibilizados imediatamente após publicação da deliberação terminativa ou definitiva exarada pelos respectivos Colegiados ou pelo Relator, sendo garantido, no entanto, o direito ao requerimento de vista e cópia dos autos em qualquer etapa do processo, nos termos do artigo 184 da resolução nº 12/2008 (RITCEMG).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo



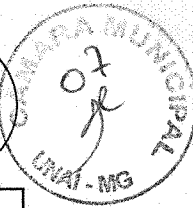
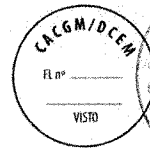
TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo nº.: 1092162
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator: CONS. SUBST. VICTOR MEYER
Competência: SEGUNDA CÂMARA
Motivo: DISTRIBUIÇÃO AO RELATOR
Data/Hora: 15/06/2020 18:58:08

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

Em 05/04/2021, encaminho a análise técnica à elevada consideração do Exmo. Sr. Relator, nos termos da Resolução TC nº 12/08 de 19/12/2008.

José Clemente Maria Ferreira Santos

Coordenador

TC 31876

Município: 3170404 - Unai

Histórico das Remessas: 24/11/2020

Exercício: 2019

Período: Janeiro à Dezembro

Data e Hora de Geração: 25/11/2020 13:34:23

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Órgão: Todos

Comparativo da Receita Prevista com a Realizada

Número da Lei Orçamentária: 3196 Data da Lei: 12/12/2018 Data de Publicação: 12/12/2018

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (A)	Realizada no Período (B)	Realizada até o Período (C)	Índice Realizado (C/A)	Saldo (D=A-C)
1.0.0.0.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	270.015.673,70	270.015.673,70	310.956.844,28	310.956.844,28	01,15	-40.941.170,58
2.0.0.0.0.0.0.0 - RECEITAS DE CAPITAL	39.813.000,00	39.813.000,00	2.830.145,54	2.830.145,54	00,07	36.982.854,46
7.0.0.0.0.0.0.0 - RECEITAS CORRENTES	14.852.381,12	14.852.381,12	16.360.287,32	16.360.287,32	01,10	-1.507.906,20
Total Bruto :	324.681.054,82	324.681.054,82	330.147.277,14	330.147.277,14	01,02	-5.466.222,32
92-Restituições	0,00	0,00	-15.070.859,31	-15.070.859,31	00,00	15.070.859,31
95-FUNDEB	-26.400.600,00	-26.400.600,00	-27.202.560,64	-27.202.560,64	01,03	801.960,64
98-Retificações	0,00	0,00	-916.891,57	-916.891,57	00,00	916.891,57
Total Deduções :	-26.400.600,00	-26.400.600,00	-43.190.311,52	-43.190.311,52	01,64	16.789.711,52
Valor Total da Receita Líquida (Total Bruto - Total Deduções) :	298.280.454,82	298.280.454,82	286.956.965,62	286.956.965,62	00,96	11.323.489,20



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.



Município: 3170404 - Unai

Exercício: 2019

Data e Hora de Geração: 25/11/2020 13:43:42

Histórico das Remessas: 24/11/2020

Período: Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI, 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Demonstrativo das Transferências Financeiras

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI

Mês Referência	Subtipo	Desdob	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	0,00	C	0,00	974.188,01	974.188,01	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	974.188,01	974.188,01	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	0,00	C	0,00	974.188,01	974.188,01	C
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	974.188,01	C	0,00	974.187,98	1.948.375,99	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	974.188,01	C	0,00	974.187,98	1.948.375,99	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	974.188,01	C	0,00	974.187,98	1.948.375,99	C
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	1.948.375,99	C	0,00	973.978,60	2.922.354,59	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	1.948.375,99	C	0,00	973.978,60	2.922.354,59	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	1.948.375,99	C	0,00	973.978,60	2.922.354,59	C
4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	2.922.354,59	C	0,00	973.978,59	3.896.333,18	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	2.922.354,59	C	0,00	973.978,59	3.896.333,18	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	2.922.354,59	C	0,00	973.978,59	3.896.333,18	C
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	3.896.333,18	C	0,00	973.978,59	4.870.311,77	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	3.896.333,18	C	0,00	973.978,59	4.870.311,77	C

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer julgos de valor expedidos pelo TCEMG.

11 - Novembro	0001 - Repasse à Câmara	-	14	200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	9.740.204,72	C	0,00	973.978,59	10.714.183,31	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	9.740.204,72	C	0,00	973.978,59	10.714.183,31	C
12 - Dezembro	0001 - Repasse à Câmara	-	14	100	10.714.183,31	C	0,00	973.978,59	11.688.161,90	C
				200	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	10.714.183,31	C	0,00	973.978,59	11.688.161,90	C
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	15	100	0,00	C	906.452,48	0,00	906.452,48	D
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	906.452,48	0,00	906.452,48	D
				Subtotal por Mês:	10.714.183,31	C	906.452,48	973.978,59	10.781.709,42	C
				Total por Órgão:	0,00	C	906.452,48	11.688.161,90	10.781.709,42	C

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

Mês Referência	Subtipo	Desdob	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	0,00	C	974.188,01	0,00	974.188,01	D
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	974.188,01	0,00	974.188,01	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	10000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	0,00	C	974.188,01	0,00	974.188,01	D
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	974.188,01	D	974.187,98	0,00	1.948.375,99	D
				Subtotal SubTipo:	974.188,01	D	974.187,98	0,00	1.948.375,99	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	10000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	974.188,01	D	974.187,98	0,00	1.948.375,99	D
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	1.948.375,99	D	973.978,60	0,00	2.922.354,59	D
				Subtotal SubTipo:	1.948.375,99	D	973.978,60	0,00	2.922.354,59	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	10000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	1.948.375,99	D	973.978,60	0,00	2.922.354,59	D
4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	2.922.354,59	D	973.978,59	0,00	3.896.333,18	D
				Subtotal SubTipo:	2.922.354,59	D	973.978,59	0,00	3.896.333,18	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	10000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
				Subtotal por Mês:	2.922.354,59	D	973.978,59	0,00	3.896.333,18	D
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	3.896.333,18	D	973.978,59	0,00	4.870.311,77	D
				Subtotal SubTipo:	3.896.333,18	D	973.978,59	0,00	4.870.311,77	D

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

5 - Maio	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		3.896.333,18	D	973.978,59	0,00	4.870.311,77	D
6 - Junho	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	4.870.311,77	D	973.978,59	0,00	5.844.290,36	D
			Subtotal SubTipo:		4.870.311,77	D	973.978,59	0,00	5.844.290,36	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		4.870.311,77	D	973.978,59	0,00	5.844.290,36	D
7 - Julho	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	5.844.290,36	D	973.978,59	0,00	6.818.268,95	D
			Subtotal SubTipo:		5.844.290,36	D	973.978,59	0,00	6.818.268,95	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		5.844.290,36	D	973.978,59	0,00	6.818.268,95	D
8 - Agosto	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	6.818.268,95	D	973.978,59	0,00	7.792.247,54	D
			Subtotal SubTipo:		6.818.268,95	D	973.978,59	0,00	7.792.247,54	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		6.818.268,95	D	973.978,59	0,00	7.792.247,54	D
9 - Setembro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	7.792.247,54	D	973.978,59	0,00	8.766.226,13	D
			Subtotal SubTipo:		7.792.247,54	D	973.978,59	0,00	8.766.226,13	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		7.792.247,54	D	973.978,59	0,00	8.766.226,13	D
10 - Outubro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	8.766.226,13	D	973.978,59	0,00	9.740.204,72	D
			Subtotal SubTipo:		8.766.226,13	D	973.978,59	0,00	9.740.204,72	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		8.766.226,13	D	973.978,59	0,00	9.740.204,72	D
11 - Novembro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	9.740.204,72	D	973.978,59	0,00	10.714.183,31	D
			Subtotal SubTipo:		9.740.204,72	D	973.978,59	0,00	10.714.183,31	D
	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	1000000000641	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
			Subtotal por Mês:		9.740.204,72	D	973.978,59	0,00	10.714.183,31	D
12 - Dezembro	0001 - Repasse à Câmara	-	1000000000072	100	10.714.183,31	D	973.978,59	0,00	11.688.161,90	D
			Subtotal SubTipo:		10.714.183,31	D	973.978,59	0,00	11.688.161,90	D

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgos de valor expedidos pelo TCEMG.

12 - Dezembro	0002 - Devolução de numerário para a prefeitura	-	10000000000641	100	0,00	C	0,00	906.452,48	906.452,48	C
				Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	906.452,48	906.452,48	C
				Subtotal por Mês:	10.714.183,31	D	973.978,59	906.452,48	10.781.709,42	D
				Total por Órgão:	0,00	C	11.688.161,90	906.452,48	10.781.709,42	D

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.



LEI N.º 3.209, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, por *superávit* financeiro, ao orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por *superávit* financeiro, ao orçamento vigente, no valor de até R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais) para atender às programações discriminadas no Anexo Único desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito especial serão provenientes do *superávit* financeiro de 2018 do Serviço Municipal de Saneamento Básico - Saae de Unaí.

§ 2º O presente crédito adicional suplementar, por *superávit* financeiro, destina-se à reforma civil e hidráulica para a ampliação da capacidade operacional da Estação de Tratamento de Água (ETA).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

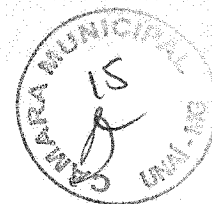
Unaí, 14 de março de 2019; 75º da Instalação do Município.

JOSE GOMES
BRANQUINHO
:18731074634

Assinado de forma digital por JOSE
GOMES BRANQUINHO:18731074634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado
por PRODEMG, cn=JOSE GOMES
BRANQUINHO:18731074634
Dados: 2019.04.11 09:56:48 -03'00'

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Prefeito

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO
Secretário Municipal de Governo



(Fls. 2 da Lei n.º 3.209, de 14/3/2019)

ANEXO ÚNICO DA LEI N.º 3.209, DE 14 DE MARÇO DE 2019

Abertura de Crédito Adicional Suplementar

Crédito Suplementar

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	03.02.00.17.512.3001.1003.4.4.90.51.00	990	200	11.600.000,00
Total				11.600.000,00



MUNICÍPIO DE UNAÍ
EXTRATO DE CRÉDITO ADICIONAL (ECA)

**1. Sumário**

Código: 26 /2019

Autorização Legal: Lei Municipal n.º 3.209, de 14 de março de 2019 | Autorização Legislativa Específica.

Tipo Crédito: Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro.

Data de 18 de Março de 2019.

Processamento:

Valor (R\$): 11.600.000,00 (Onze Milhões e Seiscentos Mil Reais)

Limites para a Abertura de Créditos Adicionais: Autorizado: 29,00% Utilizado: 5,17% Disponível: 23,83%

2. Movimentação Orçamentária

CRÉDITO			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA	FONTE DE RECURSO	VALOR (R\$)
03.02.00.17.512.3001.1003.4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	990	200	11.600.000,00
TOTAL			11.600.000,00

3. Homologação

JOSÉ GOMES BRANQUINHO Prefeito	WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO Secretário Municipal de Governo	NILTON GARCIA DA SILVA Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento
--	--	---

Município: 3170404 - Unaí

Exercício: 2019

Data de Geração: 25/11/2020 13:42:18

Histórico das Remessas: 24/11/2020

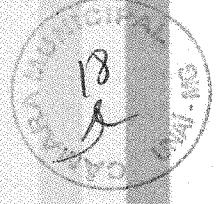
Período: Janeiro à Dezembro

Críticas de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Órgão: Todos, Natureza da Receita: 1.1.1.2.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS, 1.1.1.3.03.1.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO, 1.1.1.3.03.4.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS, 1.1.1.8.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL...

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - (Art 29-A, CR/88)

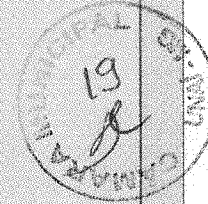
Mostra / Ocultar Todos

Receitas Arrecadadas	Realizada (A)
1.0.0.0.00.0.0 - RECEITAS CORRENTES	167.767.215,55
1.1.0.0.00.0.0 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	42.319.126,10
1.1.1.0.00.0.0 - IMPOSTOS	38.158.532,56
1.1.1.3.00.0.0 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	9.030.998,47
1.1.1.3.03.0.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	9.030.998,47
1.1.1.3.03.1.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	8.789.958,01
1.1.1.3.03.4.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	241.040,46
1.1.1.8.00.0.0 - IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	29.127.534,09
1.1.1.8.01.0.0 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	14.668.936,59
1.1.1.8.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	8.007.880,27
1.1.1.8.01.4.0 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS	6.661.056,32
1.1.1.8.02.0.0 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	14.458.597,50
1.1.1.8.02.3.0 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	14.458.597,50
1.1.2.0.00.0.0 - TAXAS	4.160.593,54
1.1.2.1.00.0.0 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	863.383,57
1.1.2.1.01.0.0 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	863.383,57
1.1.2.1.01.1.0 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	863.383,57
1.1.2.1.02.0.0 - TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	0,00
1.1.2.1.02.2.0 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF	0,00
	3.297.209,97



Receitas Arrecadadas		Realizada (A)
1.1.2.2.01.0.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.297.209,97
1.1.2.2.01.1.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		3.297.209,97
1.7.0.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		125.448.089,45
1.7.1.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		44.351.678,49
1.7.1.8.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS		44.351.678,49
1.7.1.8.01.0.0 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO		43.966.276,65
1.7.1.8.01.2.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL		37.838.781,02
1.7.1.8.01.3.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO		1.680.567,41
1.7.1.8.01.4.0 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO		1.639.649,96
1.7.1.8.01.5.0 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		2.807.278,26
1.7.1.8.06.0.0 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96		385.401,84
1.7.1.8.06.1.0 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS DESONERAÇÃO L.C. Nº 87/96		385.401,84
1.7.2.0.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		81.096.410,96
1.7.2.8.00.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS		81.096.410,96
1.7.2.8.01.0.0 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS		81.096.410,96
1.7.2.8.01.1.0 - COTA-PARTE DO ICMS		67.115.789,40
1.7.2.8.01.2.0 - COTA-PARTE DO IPVA		12.777.292,40
1.7.2.8.01.3.0 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS		1.076.536,47
1.7.2.8.01.4.0 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		126.792,69
Total Receitas		167.767.215,55

Deduções das Receitas		Realizada (A)
92 - Restituições		522.520,93
1.1.1.3.03.1.0 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO		60.829,93
1.1.1.8.01.1.0 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		351.997,82
1.1.1.8.01.4.0 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS		98.269,74
1.1.1.8.02.3.0 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA		5.668,34
1.1.2.1.01.1.0 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO		3.701,09
1.1.2.2.01.1.0 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		2.054,01
Total Deduções		522.520,93



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juros de valor expedidos pelo TCEMG.



Município: 3170404 - Unaí

Exercício: 2019

Data e Hora de Geração: 24/11/2020 14:34:30

Histórico das Remessas: 23/11/2020

Período: Janeiro à Dezembro

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste, Tipo de Decreto: 1 - Decreto de Crédito Suplementar, 2 - Decreto de Crédito Especial, 4 - Decreto de Crédito Extraordinário, 6 - Decreto de reabertura de crédito especial, 7 - Decreto de reabertura de crédito extraordinário, 11 - Decreto de Suplementação de Crédito Especial, Origem do Recurso: 1 - Superávit Financeiro, 2 - Excesso de Arrecadação, 3 - Anulação de Dotações, 4 - Operação de crédito, 5 - Reserva de Contingência / Reserva do RPPS (art. 8º da Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001), 6 - Recursos sem Despesas Correspondentes (art. 166, §8º da Constituição Federal)

Decretos de Alterações Orçamentárias

Total por Tipo de Decreto e Origem de Recurso	Valor Aberto	Total por Tipo de Decreto	Acréscimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar	102.254.716,20	1 - Decreto de Crédito Suplementar	102.254.716,20	60.638.730,40	41.615.985,80
1-Superávit Financeiro	26.366.085,80				
2-Excesso de Arrecadação	15.249.900,00				
3-Anulação de Dotações	60.638.730,40				
2 - Decreto de Crédito Especial	432.869,98	2 - Decreto de Crédito Especial	432.869,98	432.869,98	0,00
3-Anulação de Dotações	432.869,98				
Total	102.687.586,18	Total	102.687.586,18	61.071.600,38	41.615.985,80

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte	
1	02/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.292.192,72	Acréscimo	100	418.300,00	
								102	1.873.892,72	
							Total		2.292.192,72	
								Redução	100	418.300,00
									102	1.873.892,72
Total		2.292.192,72								
	2	02/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	157.000,00	Acréscimo	100	157.000,00
									Total	
Redução								100		157.000,00
								Total		
3									08/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar
	Total		500.000,00							
		Redução	100	500.000,00						
			Total		500.000,00					
	4	09/01/2019		1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	17.000,00		
Total										17.000,00
			Redução						100	17.000,00
									Total	
5			09/01/2019							1 - Decreto de Crédito Suplementar
	Total			3.850,00						
		Redução		100	3.850,00					
				Total		3.850,00				
	6	16/01/2019			1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	40.372,57	
Total										40.372,57
			Redução	100						40.372,57
				Total						
7			23/01/2019							1 - Decreto de Crédito Suplementar
	101	58.705,77								
	102	11.300,00								
	119	4.970,71								

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgados de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
7	23/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	367.033,12	Acréscimo	122	123.376,30
								145	123.000,00
								147	330,34
							Total		367.033,12
							Redução	100	45.350,00
								101	58.705,77
								102	11.300,00
								119	4.970,71
								122	123.376,30
								145	123.000,00
								147	330,34
							Total		367.033,12
9	24/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.405.000,00	Acréscimo	100	41.000,00
								102	125.000,00
								118	4.500,00
								146	229.000,00
								148	2.005.500,00
							Total		2.405.000,00
							Redução	100	41.000,00
								102	125.000,00
								118	4.500,00
								146	229.000,00
								148	2.005.500,00
							Total		2.405.000,00
10	28/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	143.000,00	Acréscimo	100	143.000,00
								Total	143.000,00
							Redução	100	143.000,00
								Total	143.000,00
11	30/01/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.015.700,00	Acréscimo	100	673.000,00
								101	15.000,00
								102	27.700,00
								153	300.000,00
							Total		1.015.700,00
							Redução	100	673.000,00
								101	15.000,00
								102	27.700,00
								153	300.000,00
							Total		1.015.700,00
12	06/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.114.719,92	Acréscimo	100	445.670,00
								101	658.499,92
								148	5.550,00
								155	5.000,00
							Total		1.114.719,92
							Redução	100	443.800,00
								101	658.499,92
								116	1.870,00
								148	5.550,00
								155	5.000,00
							Total		1.114.719,92

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgamentos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte							
13	08/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	310.240,00	Acréscimo	100	310.240,00							
								Total	310.240,00							
							Redução	100	306.240,00							
								129	4.000,00							
							Total	310.240,00								
14	12/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	630.000,00	Acréscimo	100	630.000,00							
								Total	630.000,00							
							Redução	100	630.000,00							
								Total	630.000,00							
15	13/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.337.107,48	Acréscimo	100	143.680,00							
								101	104.361,76							
								102	1.049.065,72							
								129	40.000,00							
														Total	1.337.107,48	
							Redução	100	143.680,00							
								101	104.361,76							
								102	1.049.065,72							
								129	40.000,00							
														Total	1.337.107,48	
							16	15/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	556.643,11	Acréscimo	246	556.643,11
															Total	556.643,11
17	19/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	6.789,98	Acréscimo	100	6.789,98							
								Total	6.789,98							
							Redução	100	6.789,98							
								Total	6.789,98							
18	20/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.263.928,40	Acréscimo	100	430.117,20							
								101	536.572,96							
								102	208.000,00							
								129	66.238,24							
								246	23.000,00							
														Total	1.263.928,40	
							Redução	100	434.117,20							
								101	536.572,96							
								102	208.000,00							
								129	62.238,24							
								246	23.000,00							
														Total	1.263.928,40	
19	21/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	230.000,00	Acréscimo	100	230.000,00							
								Total	230.000,00							
							Redução	100	230.000,00							
								Total	230.000,00							
21	21/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	40.000,00	Acréscimo	101	40.000,00							
								Total	40.000,00							
							Redução	101	40.000,00							
								Total	40.000,00							
22	21/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	155.000,00	Acréscimo	100	10.500,00							
								102	136.500,00							
								118	3.000,00							
								148	5.000,00							

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
22	21/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	155.000,00	Acréscimo	Total	155.000,00
								100	10.500,00
							Redução	102	136.500,00
								118	3.000,00
								148	5.000,00
Total	155.000,00								
23	27/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	767.748,16	Acréscimo	100	741.166,81
								101	25.081,35
								129	1.500,00
							Total	767.748,16	
							Redução	100	741.166,81
								101	25.081,35
								129	1.500,00
								Total	767.748,16
24	28/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	598.507,96		Acréscimo	100
							101		12.412,96
							102		86.000,00
							Total	598.507,96	
							Redução	100	500.095,00
								101	12.412,96
								102	86.000,00
								Total	598.507,96
25	13/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.377.813,84		Acréscimo	100
							101		836.713,84
							102		700,00
							124		235.000,00
							148		10.000,00
							Total	1.377.813,84	
							Redução	100	295.400,00
								101	836.713,84
								102	700,00
								124	235.000,00
148	10.000,00								
Total	1.377.813,84								
26	18/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	11.600.000,00	Acréscimo	200	11.600.000,00
Total	11.600.000,00								
27	20/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	262.030,00	Acréscimo	100	228.200,00
								102	1.960,00
								116	1.870,00
								129	4.000,00
								153	26.000,00
							Total	262.030,00	
							Redução	100	228.200,00
								102	1.960,00
								116	1.870,00
								129	4.000,00
153	26.000,00								
Total	262.030,00								

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo ICJMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
28	22/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	3211 - 20/03/2019	3-Anulação de Dotações	23.500,00	Acréscimo	100	23.500,00
								Total	23.500,00
							Redução	100	23.500,00
								Total	23.500,00
29	22/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	332.000,00	Acréscimo	100	37.500,00
								102	235.500,00
								118	57.500,00
								148	1.500,00
								Total	332.000,00
							Redução	100	37.500,00
								102	235.500,00
								118	57.500,00
								148	1.500,00
								Total	332.000,00
30	26/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	25.108,35	Acréscimo	219	25.108,35
								Total	25.108,35
31	27/03/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	293.382,05	Acréscimo	100	147.382,05
								101	130.000,00
								149	16.000,00
								Total	293.382,05
							Redução	100	147.382,05
								101	130.000,00
								149	16.000,00
								Total	293.382,05
32	29/03/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	3212 - 20/03/2019	3-Anulação de Dotações	150.000,00	Acréscimo	100	150.000,00
								Total	150.000,00
							Redução	100	150.000,00
								Total	150.000,00
34	03/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	713.470,62	Acréscimo	100	540.300,00
								101	148.010,62
								102	11.500,00
								148	160,00
								149	13.500,00
								Total	713.470,62
							Redução	100	540.300,00
								101	148.010,62
								102	11.500,00
								148	160,00
								149	13.500,00
								Total	713.470,62
35	10/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	297.746,15	Acréscimo	100	137.900,00
								101	99.380,55
								124	60.465,60
								Total	297.746,15
							Redução	100	137.900,00
								101	99.380,55
								124	60.465,60
								Total	297.746,15

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte						
36	17/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.026.500,00	Acréscimo	100	618.500,00						
								101	187.000,00						
								102	56.000,00						
								149	15.000,00						
								155	150.000,00						
							Total								1.026.500,00
							Redução	100	618.500,00						
								101	187.000,00						
								102	56.000,00						
								149	15.000,00						
155	150.000,00														
Total								1.026.500,00							
37	23/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	200.000,00	Acréscimo	192	200.000,00						
Total								200.000,00							
38	23/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	105.000,00	Acréscimo	244	105.000,00						
Total								105.000,00							
39	23/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	332.000,00	Acréscimo	217	332.000,00						
Total								332.000,00							
40	23/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	140.000,00	Acréscimo	103	140.000,00						
							Total								140.000,00
							Redução	103	140.000,00						
							Total								140.000,00
41	24/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	734.596,00	Acréscimo	100	713.419,00						
								102	177,00						
								149	21.000,00						
								Total							
							Redução	100	713.419,00						
								102	177,00						
								149	21.000,00						
								Total							
42	24/04/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	442.500,00	Acréscimo	100	162.500,00						
								102	221.000,00						
								118	59.000,00						
							Total								442.500,00
							Redução	100	162.500,00						
								102	221.000,00						
								118	59.000,00						
Total								442.500,00							
44	02/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	159.289,12	Acréscimo	100	33.500,00						
								101	2.949,12						
								102	12.700,00						
								149	110.140,00						
								Total							
							Redução	100	33.500,00						
								101	2.949,12						
								102	12.700,00						
								149	110.140,00						
								Total							

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte						
45	08/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	834.355,00	Acréscimo	100	638.500,00						
								101	70.000,00						
								102	97.305,00						
								117	4.950,00						
								148	23.600,00						
							Total								834.355,00
							Redução	100	638.500,00						
								101	70.000,00						
								102	97.305,00						
								117	4.950,00						
148	23.600,00														
Total								834.355,00							
46	15/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	822.325,51	Acréscimo	100	533.975,51						
								101	111.350,00						
								129	28.000,00						
								149	149.000,00						
								Total							
							Redução	100	533.975,51						
								101	111.350,00						
								129	28.000,00						
								149	149.000,00						
								Total							
47	17/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	188.900,00	Acréscimo	192	188.900,00						
Total								188.900,00							
48	17/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3217 - 17/05/2019	1-Superávit Financeiro	3.000.000,00	Acréscimo	200	3.000.000,00						
Total								3.000.000,00							
49	22/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	137.007,00	Acréscimo	100	1.000,00						
								149	136.007,00						
								Total							
							Redução	100	1.000,00						
								149	136.007,00						
								Total							
50	22/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	3.666.000,00	Acréscimo	100	3.666.000,00						
Total								3.666.000,00							
51	23/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	674.000,00	Acréscimo	100	23.000,00						
								102	596.500,00						
								118	54.500,00						
								Total							
							Redução	100	23.000,00						
								102	596.500,00						
								118	54.500,00						
								Total							
52	23/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	115.500,00	Acréscimo	100	41.000,00						
								149	74.500,00						
								Total							
							Redução	100	41.000,00						
								149	74.500,00						
								Total							

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
54	19/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	84.249,60	Acréscimo	100	84.249,60
								Total	84.249,60
							Redução	100	84.249,60
								Total	84.249,60
55	29/05/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	292.961,00	Acréscimo	100	13.600,00
								101	55.561,00
								102	66.000,00
								148	150.000,00
								149	7.800,00
							Total	292.961,00	
							Redução	100	13.600,00
								101	55.561,00
								102	66.000,00
								148	150.000,00
149	7.800,00								
Total	292.961,00								
56	05/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	259.583,50	Acréscimo	100	2.000,00
								101	72.845,00
								102	135.000,00
								119	49.738,50
								Total	259.583,50
							Redução	100	2.000,00
								101	72.845,00
								102	135.000,00
								119	49.738,50
								Total	259.583,50
57	07/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	556.950,00	Acréscimo	100	153.400,00
								101	213.450,00
								119	156.000,00
								122	34.100,00
								Total	556.950,00
							Redução	100	153.400,00
								101	213.450,00
								119	156.000,00
								122	34.100,00
								Total	556.950,00
58	12/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	526.001,00	Acréscimo	100	45.000,00
								101	109.538,00
								102	178.000,00
								119	10.000,00
								122	83.463,00
								149	100.000,00
							Total	526.001,00	
							Redução	100	45.000,00
								101	109.538,00
								102	178.000,00
								119	10.000,00
								122	83.463,00
								149	100.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
58	12/06/2019		LOA	3196 - 12/12/2018		526.001,00	Redução	Total	526.001,00
								102	64.456,66
59	18/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3227 - 11/06/2019	3-Anulação de Dotações	64.456,66	Acréscimo	Total	64.456,66
								102	64.456,66
							Redução	Total	64.456,66
								100	105.200,00
								101	13.000,00
							Acréscimo	119	6.000,00
								129	180.000,00
								147	12.500,00
61	19/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	316.700,00		Total	316.700,00
								100	105.200,00
								101	13.000,00
							Redução	119	6.000,00
								129	180.000,00
								147	12.500,00
								Total	316.700,00
62	24/06/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	3232 - 19/06/2019	3-Anulação de Dotações	238.369,98	Acréscimo	102	238.369,98
								Total	238.369,98
							Redução	102	238.369,98
								Total	238.369,98
63	24/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	375.900,00		100	41.300,00
							Acréscimo	102	281.000,00
								118	53.600,00
								Total	375.900,00
								100	41.300,00
							Redução	102	281.000,00
								118	53.600,00
								Total	375.900,00
64	26/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	98.515,00		100	70.970,00
								102	22.400,00
								118	300,00
							Acréscimo	148	95,00
								149	2.700,00
								150	2.050,00
								Total	98.515,00
								100	49.970,00
								102	22.400,00
								118	300,00
							Redução	129	21.000,00
								148	95,00
								149	2.700,00
								150	2.050,00
								Total	98.515,00
65	28/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	27.390,00		100	9.390,00
							Acréscimo	101	18.000,00
								Total	27.390,00
								100	9.390,00
							Redução	101	18.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
65	28/06/2019		LOA	3196 - 12/12/2018		27.390,00	Redução	Total	27.390,00
66	03/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	53.200,00	Acréscimo	100	53.200,00
							Total	53.200,00	
							Redução	100	53.200,00
								Total	53.200,00
67	03/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	2.600.000,00	Acréscimo	100	2.530.000,00
								192	70.000,00
								Total	2.600.000,00
69	09/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.103.500,00	Acréscimo	103	1.103.500,00
							Total	1.103.500,00	
							Redução	103	1.103.500,00
								Total	1.103.500,00
70	10/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.792.016,43	Acréscimo	100	343.100,00
								101	47.616,43
								102	42.000,00
								129	17.000,00
								147	4.300,00
								148	1.338.000,00
							Total	1.792.016,43	
							Redução	100	320.100,00
								101	70.616,43
								102	42.000,00
								129	17.000,00
								147	4.300,00
								148	1.338.000,00
							Total	1.792.016,43	
71	10/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	106.000,00	Acréscimo	100	106.000,00
							Total	106.000,00	
							Redução	100	106.000,00
								Total	106.000,00
72	12/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	4.000,00	Acréscimo	100	2.000,00
								129	2.000,00
							Total	4.000,00	
							Redução	100	2.000,00
								129	2.000,00
Total	4.000,00								
73	12/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	156.000,00	Acréscimo	249	156.000,00
							Total	156.000,00	
74	17/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	400.000,00	Acréscimo	200	400.000,00
							Total	400.000,00	
75	17/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	6.143.000,00	Acréscimo	100	6.143.000,00
							Total	6.143.000,00	
76	17/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	250.731,66	Acréscimo	100	152.575,00
								102	98.156,66
							Total	250.731,66	
							Redução	100	152.575,00
								102	98.156,66
Total	250.731,66								

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos prestacionários e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte MG						
77	23/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	523.100,00	Acréscimo	100	112.000,00						
								101	11.300,00						
								102	348.100,00						
								118	51.400,00						
								148	300,00						
							Total								523.100,00
							Redução	100	112.000,00						
								101	11.300,00						
								102	348.100,00						
								118	51.400,00						
148	300,00														
Total								523.100,00							
78	24/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	306.020,00	Acréscimo	100	258.800,00						
								102	3.420,00						
								129	2.000,00						
								149	3.800,00						
								155	38.000,00						
							Total								306.020,00
							Redução	100	258.800,00						
								102	3.420,00						
								129	2.000,00						
								149	3.800,00						
155	38.000,00														
Total								306.020,00							
79	31/07/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	767.241,02	Acréscimo	100	102.211,02						
								101	88.000,00						
								102	544.730,00						
								129	5.000,00						
								148	20.800,00						
							150	6.500,00							
							Total								767.241,02
							Redução	100	102.211,02						
								101	88.000,00						
								102	544.730,00						
129	5.000,00														
148	20.800,00														
150	6.500,00														
Total								767.241,02							
80	05/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	165.218,43	Acréscimo	255	165.218,43						
Total								165.218,43							
81	05/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	180.000,00	Acréscimo	100	180.000,00						
							Total								180.000,00
							Redução	100	180.000,00						
Total								180.000,00							
82	06/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	841.000,00	Acréscimo	100	841.000,00						
							Total								841.000,00
							Redução	100	841.000,00						
Total								841.000,00							

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
83	06/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	99.086,23	Acréscimo	229	99.086,23
								Total	99.086,23
								100	134.301,68
							Acréscimo	101	57.718,32
								102	3.000,00
								148	7.000,00
								Total	202.020,00
84	07/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	202.020,00		100	134.301,68
								101	57.718,32
							Redução	102	3.000,00
								148	7.000,00
								Total	202.020,00
								101	115.000,00
							Acréscimo	119	93.000,00
								122	27.200,00
								Total	235.200,00
85	09/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	235.200,00		101	115.000,00
								119	93.000,00
							Redução	122	27.200,00
								Total	235.200,00
								117	1.000.000,00
86	12/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	1.000.000,00	Acréscimo	Total	1.000.000,00
87	12/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	734.000,00	Acréscimo	217	734.000,00
								Total	734.000,00
								100	251.312,11
								101	4.000,00
								102	26.600,00
							Acréscimo	148	400,00
								149	5.000,00
								155	23.000,00
								Total	310.312,11
89	14/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	310.312,11		100	251.312,11
								101	4.000,00
								102	26.600,00
							Redução	148	400,00
								149	5.000,00
								155	23.000,00
								Total	310.312,11
90	14/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	652.000,00	Acréscimo	200	652.000,00
								Total	652.000,00
								148	752.000,00
91	15/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	1.252.000,00	Acréscimo	149	500.000,00
								Total	1.252.000,00
								100	25.000,00
92	15/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	25.000,00	Acréscimo	Total	25.000,00
								100	25.000,00
							Redução	Total	25.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgados de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
93	21/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	194.940,00	Acréscimo	100	107.310,00
								101	50.000,00
								102	29.200,00
								129	5.000,00
								148	1.580,00
								156	1.850,00
							Total		194.940,00
							Redução	100	107.310,00
								101	50.000,00
								102	29.200,00
								129	5.000,00
								148	1.580,00
								156	1.850,00
							Total		194.940,00
94	23/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	35.000,00	Acréscimo	100	35.000,00
								Total	35.000,00
							Redução	100	35.000,00
								Total	35.000,00
95	26/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	639.200,00	Acréscimo	100	165.600,00
								101	107.400,00
								102	299.500,00
								118	47.900,00
								148	18.800,00
								Total	639.200,00
							Redução	100	165.600,00
								101	107.400,00
								102	299.500,00
								118	47.900,00
								148	18.800,00
								Total	639.200,00
96	28/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	98.395,54	Acréscimo	100	58.395,54
								101	200,00
								102	39.800,00
							Total		98.395,54
							Redução	100	58.395,54
								101	200,00
								102	39.800,00
								Total	98.395,54
97	30/08/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	249.000,00	Acréscimo	102	249.000,00
								Total	249.000,00
							Redução	102	249.000,00
								Total	249.000,00
98	02/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	135.000,00	Acréscimo	100	135.000,00
								Total	135.000,00
							Redução	100	135.000,00
								Total	135.000,00
99	04/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	204.309,75	Acréscimo	100	138.312,00
								101	59.297,75
								102	2.600,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer julgamentos expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
99	04/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	204.309,75	Acréscimo	150	4.100,00
								Total	204.309,75
								100	138.312,00
								101	59.297,75
							Redução	102	2.600,00
								150	4.100,00
100	05/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	1.090.000,00	Acréscimo	200	1.090.000,00
								Total	1.090.000,00
								100	300.000,00
							Acréscimo	200	411.000,00
								Total	711.000,00
							Redução	100	300.000,00
101	05/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	711.000,00		200	411.000,00
								Total	711.000,00
								100	300.000,00
							Redução	200	411.000,00
								Total	711.000,00
								100	17.150,00
102	11/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	109.573,33	Acréscimo	101	64.623,33
								102	17.800,00
								155	10.000,00
								Total	109.573,33
							Redução	100	17.150,00
								101	64.623,33
103	18/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	188.659,25		102	17.800,00
								155	10.000,00
								Total	109.573,33
							Acréscimo	100	96.351,42
								102	91.907,83
								148	400,00
104	20/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	9.439,68		Total	188.659,25
							Redução	100	96.351,42
								102	91.907,83
								148	400,00
								Total	188.659,25
							Acréscimo	100	9.439,68
105	23/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	696.600,00		Total	9.439,68
							Redução	100	9.439,68
								Total	9.439,68
							Acréscimo	100	73.000,00
								101	216.700,00
								102	341.200,00
106	23/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	696.600,00	Acréscimo	118	42.900,00
								148	11.200,00
								149	11.600,00
								Total	696.600,00
							Redução	100	73.000,00
								101	216.700,00
107	23/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	696.600,00		102	341.200,00
								118	42.900,00
								148	11.200,00
								Total	11.200,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
105	23/09/2019		LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	696.600,00	Redução	149	11.600,00
								Total	696.600,00
106	24/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	7.284,00	Acréscimo	100	7.284,00
								Total	7.284,00
							Redução	100	7.284,00
								Total	7.284,00
107	25/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	28.180,28	Acréscimo	100	375,72
								101	24.389,56
								102	1.645,00
								148	570,00
								150	1.200,00
								Total	28.180,28
							Redução	100	375,72
								101	24.389,56
								102	1.645,00
								148	570,00
								150	1.200,00
								Total	28.180,28
108	25/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3241 - 03/09/2019	3-Anulação de Dotações	50.000,00	Acréscimo	102	50.000,00
								Total	50.000,00
							Redução	100	50.000,00
								Total	50.000,00
109	25/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3242 - 03/09/2019	3-Anulação de Dotações	14.456,66	Acréscimo	100	14.456,66
								Total	14.456,66
							Redução	100	14.456,66
								Total	14.456,66
111	25/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3244 - 03/09/2019	3-Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	100	10.000,00
								Total	10.000,00
							Redução	100	10.000,00
								Total	10.000,00
112	25/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	170.000,00	Acréscimo	200	170.000,00
								Total	170.000,00
113	30/09/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	127.486,70	Acréscimo	100	127.486,70
								Total	127.486,70
							Redução	100	127.486,70
								Total	127.486,70
114	02/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	51.743,50	Acréscimo	100	51.743,50
								Total	51.743,50
							Redução	100	51.743,50
								Total	51.743,50
115	04/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	89.850,00	Acréscimo	100	89.850,00
								Total	89.850,00
							Redução	100	89.850,00
								Total	89.850,00
116	07/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	550.000,00	Acréscimo	103	550.000,00
								Total	550.000,00
							Redução	103	550.000,00
								Total	550.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
117	09/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	335.588,02	Acréscimo	100	65.773,02
								101	2.400,00
								102	191.035,00
								148	790,00
								149	75.590,00
							Redução	Total	335.588,02
								100	250.773,02
								101	2.400,00
								102	6.035,00
								148	790,00
118	09/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	255.000,00	Acréscimo	149	75.590,00
								Total	335.588,02
								100	250.773,02
								101	2.400,00
								102	6.035,00
							Redução	148	790,00
								149	75.590,00
								Total	335.588,02
								200	255.000,00
								Total	255.000,00
119	11/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	199.500,00	Acréscimo	100	199.500,00
								Total	199.500,00
								100	199.500,00
								Total	199.500,00
							Redução	100	199.500,00
								Total	199.500,00
								100	15.000,00
								Total	15.000,00
								100	15.000,00
								Total	15.000,00
120	11/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	15.000,00	Acréscimo	100	15.000,00
								Total	15.000,00
								100	15.000,00
								Total	15.000,00
							Redução	100	15.000,00
								Total	15.000,00
								100	70.160,00
								101	34.800,00
								102	186.000,00
								122	5.453,00
121	16/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	296.413,00	Acréscimo	Total	296.413,00
								100	256.160,00
								101	34.800,00
								122	5.453,00
								Total	296.413,00
							Redução	100	83.163,00
								Total	83.163,00
								100	83.163,00
								Total	83.163,00
								100	106.495,00
122	17/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	83.163,00	Acréscimo	101	5.000,00
								102	50.200,00
								148	40.000,00
								149	22.000,00
								150	10.000,00
							Redução	153	230.000,00
								200	5.000,00
								Total	468.695,00
								100	106.495,00
								101	5.000,00
123	23/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	468.695,00	Acréscimo	102	50.200,00
								148	40.000,00
								149	22.000,00
								150	10.000,00
								153	230.000,00
							Redução	200	5.000,00
								Total	468.695,00
								100	106.495,00
								101	5.000,00
								102	50.200,00
124	23/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	468.695,00	Acréscimo	148	40.000,00
								149	22.000,00
								150	10.000,00
								153	230.000,00
								200	5.000,00
							Redução	Total	468.695,00
								100	106.495,00
								101	5.000,00
								102	50.200,00
								148	40.000,00
125	23/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	468.695,00	Acréscimo	149	22.000,00
								150	10.000,00
								153	230.000,00
								200	5.000,00
								Total	468.695,00
							Redução	100	106.495,00
								101	5.000,00
								102	50.200,00
								148	40.000,00
								149	22.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
123	23/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	468.695,00	Redução	150	10.000,00
								153	230.000,00
								200	5.000,00
								Total	468.695,00
125	23/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.494.800,00	Acréscimo	100	106.300,00
								101	235.000,00
								102	1.001.500,00
								118	45.900,00
								119	22.700,00
								129	28.000,00
								148	10.100,00
								149	45.300,00
								Total	1.494.800,00
							Redução	100	106.300,00
								101	235.000,00
								102	1.001.500,00
								118	45.900,00
								119	22.700,00
								129	28.000,00
								148	10.100,00
								149	45.300,00
								Total	1.494.800,00
126	24/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	235.000,00	Acréscimo	100	5.000,00
								102	230.000,00
							Redução	Total	235.000,00
								100	235.000,00
127	25/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	479.000,00	Acréscimo	Total	235.000,00
								100	479.000,00
							Redução	Total	479.000,00
								100	479.000,00
128	25/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	415.000,00	Acréscimo	200	415.000,00
								Total	415.000,00
							Redução	200	415.000,00
								Total	415.000,00
129	29/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.106.120,47	Acréscimo	100	1.033.779,47
								149	72.341,00
							Redução	Total	1.106.120,47
								100	1.033.779,47
130	30/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	94.484,00	Acréscimo	149	72.341,00
								Total	1.106.120,47
							Redução	100	94.484,00
								100	94.484,00
131	31/10/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	884.119,46	Acréscimo	Total	94.484,00
								102	884.119,46
							Redução	Total	884.119,46
								100	884.119,46
								Total	884.119,46

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgados de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
132	01/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3254 - 18/10/2019	3-Anulação de Dotações	15.000,00	Acréscimo	100	15.000,00
								Total	15.000,00
							Redução	100	15.000,00
								Total	15.000,00
134	04/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	300.000,00	Acréscimo	200	300.000,00
								Total	300.000,00
								100	78.087,19
								101	30.919,80
135	05/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	328.006,99	Acréscimo	102	140.000,00
								149	19.000,00
								157	60.000,00
								Total	328.006,99
							Redução	100	78.087,19
								101	30.919,80
								102	140.000,00
								149	19.000,00
								157	60.000,00
								Total	328.006,99
136	06/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	42.500,00	Acréscimo	200	42.500,00
								Total	42.500,00
								100	43.639,08
								101	82.096,92
137	13/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	360.569,00	Acréscimo	102	198.857,00
								119	3.976,00
								153	30.000,00
								156	2.000,00
								Total	360.569,00
							Redução	100	43.639,08
								101	82.096,92
								102	198.857,00
								119	3.976,00
								153	30.000,00
								156	2.000,00
138	14/11/2019	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	3263 - 13/11/2019	3-Anulação de Dotações	21.000,00	Acréscimo	100	21.000,00
								Total	21.000,00
							Redução	100	21.000,00
								Total	21.000,00
139	14/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	465.740,00	Acréscimo	100	117.740,00
								102	348.000,00
								Total	465.740,00
							Redução	100	465.740,00
140	14/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.034.779,47	Acréscimo	100	1.034.779,47
								Total	1.034.779,47
							Redução	100	1.034.779,47
								Total	1.034.779,47

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
142	18/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3264 - 13/11/2019	3-Anulação de Dotações	20.000,00	Acréscimo	100	20.000,00
								Total	20.000,00
							Redução	100	20.000,00
								Total	20.000,00
143	19/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	146.000,00	Acréscimo	102	146.000,00
								Total	146.000,00
							Redução	100	134.190,00
								Total	146.000,00
144	19/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	460.000,00	Acréscimo	200	460.000,00
								Total	460.000,00
145	19/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	70.000,00	Acréscimo	200	70.000,00
								Total	70.000,00
							Redução	200	70.000,00
								Total	70.000,00
146	20/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	148.740,00	Acréscimo	100	43.150,00
								102	36.750,00
								117	60.000,00
								129	1.000,00
								149	7.840,00
								Total	148.740,00
							Redução	100	43.150,00
								102	36.750,00
								117	60.000,00
								129	1.000,00
								149	7.840,00
147	22/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	2.327.440,00	Acréscimo	200	2.327.440,00
								Total	2.327.440,00
							Acréscimo	100	1.200,00
								101	417.000,00
								102	1.675.000,00
								118	53.200,00
								119	51.700,00
148	25/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.307.100,00	Acréscimo	129	48.300,00
								148	10.100,00
								149	50.600,00
								Total	2.307.100,00
							Redução	100	2.282.100,00
								101	25.000,00
								Total	2.307.100,00
149	26/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	76.600,00	Acréscimo	200	76.600,00
								Total	76.600,00
150	26/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	19.100,00	Acréscimo	118	3.100,00
								Total	19.100,00
							Redução	129	16.000,00
								Total	19.100,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
150	26/11/2019		LOA	3196 - 12/12/2018		19.100,00	Redução	Total	19.100,00
								100	29.150,00
								101	2.310,00
								102	152.300,00
							Acréscimo	149	60.000,00
								155	6.000,00
								200	95.000,00
								Total	344.760,00
151	27/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	344.760,00		100	29.150,00
								101	2.310,00
								102	152.300,00
							Redução	149	60.000,00
								155	6.000,00
								200	95.000,00
								Total	344.760,00
								100	2.900,00
							Acréscimo	102	9.000,00
								Total	11.900,00
152	28/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	11.900,00		100	2.900,00
							Redução	102	9.000,00
								Total	11.900,00
								200	42.210,00
153	29/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	42.210,00	Acréscimo	Total	42.210,00
								100	69.130,74
							Acréscimo	102	1.138.000,00
								Total	1.207.130,74
154	29/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.207.130,74		100	1.007.130,74
							Redução	102	200.000,00
								Total	1.207.130,74
								102	155.505,60
							Acréscimo	149	155.505,60
								Total	311.011,20
155	02/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	311.011,20		100	155.505,60
							Redução	149	155.505,60
								Total	311.011,20
								100	28.500,00
								101	280,00
								102	10.000,00
							Acréscimo	149	60.500,00
								150	60.000,00
								155	200.000,00
								Total	359.280,00
156	04/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	359.280,00		100	28.500,00
								101	280,00
								102	10.000,00
							Redução	149	60.500,00
								150	60.000,00
								155	200.000,00
								Total	359.280,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pela TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
157	05/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	90.000,00	Acréscimo	100	90.000,00
								Total	90.000,00
							Redução	100	90.000,00
158	06/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	36.000,00		Total	90.000,00
							Acréscimo	100	36.000,00
							Redução	100	36.000,00
159	06/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	3266 - 02/12/2019	3-Anulação de Dotações	1.000.000,00		Total	36.000,00
							Acréscimo	100	1.000.000,00
							Redução	100	1.000.000,00
160	09/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	2.200.061,50		Total	1.000.000,00
							Acréscimo	200	2.200.061,50
								Total	2.200.061,50
161	09/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	3.387.000,00	Acréscimo	101	596.000,00
								102	1.745.000,00
								118	913.000,00
								119	52.000,00
								148	21.000,00
								149	60.000,00
								Total	3.387.000,00
							Redução	100	2.341.000,00
								118	913.000,00
								119	52.000,00
								148	21.000,00
								149	60.000,00
								Total	3.387.000,00
162	10/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	20.000,00	Acréscimo	100	20.000,00
								Total	20.000,00
							Redução	100	20.000,00
163	10/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	2-Excesso de Arrecadação	200.000,00		Total	20.000,00
							Acréscimo	149	200.000,00
								Total	200.000,00
164	10/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	43.100,00		200	43.100,00
							Acréscimo	Total	43.100,00
165	12/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	354.387,97	Acréscimo	100	172.846,90
								101	28.376,07
								102	47.600,00
								124	400,00
								146	65,00
								148	80.000,00
								149	6.300,00
								153	18.800,00
								Total	354.387,97
							Redução	100	173.846,90
								101	28.376,07
								102	46.600,00
								124	400,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer julgados de valor expedidos pela TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
165	12/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	354.387,97	Redução	146	65,00
								148	80.000,00
								149	6.300,00
								153	18.800,00
								Total	354.387,97
166	13/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	71.030,74	Acréscimo	100	71.030,74
							Redução	Total	71.030,74
								100	71.030,74
								Total	71.030,74
167	18/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	1-Superávit Financeiro	1.534.118,18	Acréscimo	200	1.534.118,18
							Total	1.534.118,18	
168	18/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.292.600,00	Acréscimo	100	132.500,00
								118	1.767.800,00
								119	65.000,00
								129	2.000,00
								148	224.300,00
								149	97.000,00
								150	4.000,00
								Total	2.292.600,00
							Redução	100	132.500,00
								118	1.767.800,00
								119	65.000,00
								129	2.000,00
								148	224.300,00
								149	97.000,00
								150	4.000,00
								Total	2.292.600,00
169	19/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.298.600,00	Acréscimo	101	1.298.600,00
							Redução	Total	1.298.600,00
								100	1.056.600,00
								101	242.000,00
170	19/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	3.308.800,00	Acréscimo	102	3.308.800,00
							Redução	Total	3.308.800,00
								100	635.800,00
								102	2.673.000,00
171	19/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	24.281,00	Acréscimo	100	24.281,00
							Redução	Total	24.281,00
								100	24.281,00
								Total	24.281,00
172	20/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	12.000,00	Acréscimo	102	12.000,00
							Redução	Total	12.000,00
								102	12.000,00
								Total	12.000,00
173	20/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.000,00	Acréscimo	100	1.000,00
							Redução	Total	1.000,00
								100	1.000,00
								Total	1.000,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer jizzes de valor expedidos pelo TCEMG.

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
174	20/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	10.241,07	Acréscimo	100	10.241,07
								Total	10.241,07
							Redução	100	10.241,07
								Total	10.241,07
175	26/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	20.767,00	Acréscimo	100	8.030,00
								102	12.737,00
								Total	20.767,00
							Redução	100	8.000,00
								102	12.767,00
								Total	20.767,00
176	31/12/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	196.150,00	Acréscimo	100	160.000,00
								102	36.150,00
								Total	196.150,00
							Redução	100	160.000,00
								102	36.150,00
								Total	196.150,00
Total						102.687.586,18			

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art.180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 04/2017.

Prefeito(s)

Nome	Período	CPF
JOSE GOMES BRANQUINHO	01/01/2019 até 31/12/2019	187.310.746-34

Responsáveis pela Contabilidade

Nome	Período	CPF	CRC
PANUSE MARRA	01/01/2019 até 31/12/2019	089.757.156-80	1124330

Responsáveis pelo Controle Interno

Nome	Período	CPF
LILIAN CUNHA RISSI MATUSITA	01/01/2019 até 31/12/2019	296.007.648-67

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2019 foi aprovada sob o nº 3196

Receita Prevista e Despesa Fixada: 298.280.454,82

2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Descrição	Nº da Lei	Data da Lei	Percentual Autorizado	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
Lei Orçamentária Anual	3196	12/12/2018	29,00	86.501.331,90	86.480.802,88	
Total				86.501.331,90	86.480.802,88	0,00
Demais Autorizações da LOA						
Total						0,00
Outras Leis autorizativas para Abertura de Créditos Suplementares						
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3217	17/05/19		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3227	11/06/19		64.456,66	64.456,66	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3241	03/09/19		50.000,00	50.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3242	03/09/19		14.456,66	14.456,66	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3244	03/09/19		10.000,00	10.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3254	18/10/19		15.000,00	15.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3264	13/11/19		20.000,00	20.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3266	02/12/19		1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
Lei autorizativa de Crédito Suplementar	3209	14/03/2019		11.600.000,00	11.600.000,00	0,00
Total						0,00
Créditos Suplementares Irregulares						0,00

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	60.638.730,40
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	15.249.900,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	26.366.085,80
Créditos Suplementares Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	102.254.716,20

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

Considerações:

O crédito suplementar no valor de R\$ 11.600.000,00 foi aberto pelo Decreto nº 26 e autorizado pela Lei nº 3209, anexos. Foi indicado, indevidamente, no SICOM a LOA como lei de autorização para abertura do crédito suplementar.

2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Nº da Lei	Data da Lei	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
3211	20/03/19	23.500,00	23.500,00	0,00
3212	20/03/19	150.000,00	150.000,00	0,00
3232	19/06/19	238.369,98	238.369,98	0,00
3263	13/11/19	21.000,00	21.000,00	0,00
Créditos Especiais Irregulares				0,00

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Créditos Especiais Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	432.869,98
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Créditos Especiais Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Especiais Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	432.869,98

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
100 - Recursos Ordinários	10.352.871,49	12.339.000,00	1.986.128,51	104.859.380,88	99.838.995,06	5.020.385,82	0,00
101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	2.535.704,69	0,00	0,00	18.717.706,51	18.574.956,44	142.750,07	0,00
102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	2.055.383,21	0,00	0,00	61.647.558,28	60.618.337,58	1.029.220,70	0,00
103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira	6.646.474,86	0,00	0,00	29.011.545,12	25.586.341,12	3.425.204,00	0,00
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	239.307,76	1.000.000,00	760.692,24	3.329.000,00	3.305.938,99	23.061,01	737.631,23
118/119 - Transferências do Fundeb	485.318,17	0,00	0,00	26.119.989,00	25.706.467,90	413.521,10	0,00
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	603.798,82	0,00	0,00	4.591.000,00	2.731.205,26	1.859.794,74	0,00
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	100.000,00	0,00	0,00	5.158.000,00	0,00	5.158.000,00	0,00

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	1.556,11	0,00	0,00	410.000,00	387.924,95	22.075,05	0,00
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	240.346,37	0,00	0,00	378.000,00	228.975,82	149.024,18	0,00
148/149/150/151/152 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.451.055,66	1.452.000,00	0,00	20.404.700,00	19.770.793,21	633.906,79	0,00
160 - Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção	2.154.041,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
190 - Operações de Crédito Internas	74.356,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
192 - Alienação de Bens	287.265,96	458.900,00	171.634,04	470.175,03	408.950,00	61.225,03	110.409,01
Total			2.918.454,79				848.040,24

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 2.918.454,79 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$ 848.040,24 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular. Entretanto, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados, afasta-se o apontamento.

Considerações:

Tendo em vista a Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2019, na qual estabeleceu no §7º do art. 1º que na aferição do cumprimento das disposições previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, devem ser observadas a materialidade, risco e a relevância dos valores apontados como irregulares, passou-se a análise:

Valor Total da Receita Líquida (A):..... R\$286.956.965,62

Despesas Empenhadas sem Recursos (B):..... R\$848.040,24

Materialidade das Despesas Empenhadas sem Recursos $[C = (B/A) \times 100]$:.....0,2955%

Nesse sentido, diante da materialidade, risco e relevância das despesas empenhadas sem recursos, afasta-se o apontamento.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
00 - Recursos Ordinários	116.917.501,70	24.193.029,68	0,00	24.193.029,68	17.809.973,57	6.383.056,11	0,00
03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira	71.301.965,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - Serviços de Saúde	17.897,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	119.682,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	332.165,74	1.066.000,00	733.834,26	1.066.000,00	320.190,00	745.810,00	0,00
18/19 - Transferências do Fundeb	26.031.082,87	25.108,35	0,00	25.108,35	25.108,35	0,00	0,00
23 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	994.667,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	986.003,28	99.086,23	0,00	99.086,23	99.086,23	0,00	0,00
42 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	561.061,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
43 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	51.425,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	112.095,61	105.000,00	0,00	105.000,00	104.751,78	248,22	0,00
45 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	13.503,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	556.643,11	556.643,11	0,00	556.643,11	552.610,89	4.032,22	0,00
47 - Transferência do Salário-Educação	501.927,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48/49/50/51/52 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	914.070,42	156.000,00	0,00	156.000,00	0,00	156.000,00	0,00
53 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	277.775,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F) Limitado ao valor Empenhado
55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	425.340,04	165.218,43	0,00	165.218,43	0,00	165.218,43	0,00
56 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	7.739,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
57 - Multas de Trânsito	3.314,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92 - Alienação de Bens	484.643,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			733.834,26				0,00

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 733.834,26 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Entretanto, não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afasta-se o apontamento.

2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art, 167 CR 1988 c/c § único do art 8º, LRF)

Créditos Concedidos (A)	Despesa Empenhada (B)	Despesa Excedente (B-A)
339.896.440,62	282.809.958,62	0,00

Obs.: Os Créditos concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8º da LC 101/2000.

2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Abertura de créditos adicionais - utilização de fontes incompatíveis.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Conclusão do Item:

Foram detectados decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, em descumprimento ao disposto na Consulta n. 932.477/14. Nos termos da citada Consulta, não devem ser abertos créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, com exceção daquelas originadas do Fundeb e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde. Ressalta-se que a exceção prevista na Consulta poderá se dar entre as fontes 118, 119, 218 e 219 para o Fundeb; entre as fontes 100, 101, 200 e 201, para o Ensino; e entre as fontes 100, 102, 200 e a 202 para a Saúde. Ademais, embora não previsto na Consulta mencionada, incluem-se à exceção as fontes decorrentes do bloco de financiamento do SUS, visto terem sido unificadas pela Portaria n. 3992/17 do Ministério da Saúde. Sendo assim, até o exercício de 2019, também é possível a alteração de fonte entre as fontes 148, 149, 150, 151 e 152 ou entre as fontes 248, 249, 250, 251 e 252.

Recomendações:

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 deste Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200, observando-se ainda a Portaria Nº 3992/17 que trata dos blocos de financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Descrição	Percentual	Valor
Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		167.244.694,62
Repasse Concedido		11.688.161,90
(-) Numerário Devolvido		906.452,48
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		0,00
Total do Repasse Concedido	6,45	10.781.709,42
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	7,00	11.707.128,62
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00

Informações Complementares

População*	84378
Número de Vereadores	17
Inciso conforme Caput Art. 29-A	I

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

Conclusão do Item:

Item Regular:

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput c/c inciso I do §2º do artigo 29A da CR/88.

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	6.356.803,81
1.1.1.8.01.1.2 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	134.155,75
1.1.1.8.01.1.3 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	2.175.124,47
1.1.1.8.01.1.4 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	961.469,81
Sub Total	9.627.553,84
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO -INTER VIVOS- DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	7.042.370,42
Sub Total	7.042.370,42
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	15.217.059,55
1.1.1.8.02.3.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA	134.285,74
1.1.1.8.02.3.3 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	335.874,12
1.1.1.8.02.3.4 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	140.226,82
Sub Total	15.827.446,23
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	9.729.105,53
1.1.1.3.03.4.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	755.379,18
Sub Total	10.484.484,71
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto Óleo Diesel	
Sub Total	0,00
Total	42.981.855,20

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1.7.1.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	41.195.199,07
1.7.1.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRINCIPAL	1.818.020,32
1.7.1.8.01.4.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRINCIPAL	1.750.852,97
1.7.1.8.01.5.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	3.118.615,48
1.7.1.8.06.1.1 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	78.628.629,53
1.7.2.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	12.108.659,14
1.7.2.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	961.709,83
Total	139.581.686,34
TOTAL DAS RECEITAS	182.563.541,54

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
2000 - DIRECAO ESTRATEGICA	3.526.208,09	12.561,32	0,00	3.538.769,41
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.243.535,41	0,00	0,00	1.243.535,41
Sub Total	4.769.743,50	12.561,32	0,00	4.782.304,82
361 - Ensino Fundamental				
2300 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	4.146.022,87	152.179,04	3.709,75	4.301.911,66
2301 - APOIO AO EDUCANDO	5.423.001,53	33.439,40	1.823,20	5.458.264,13
Sub Total	9.569.024,40	185.618,44	5.532,95	9.760.175,79
365 - Educação Infantil				
2300 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	3.913.988,11	38.014,33	8.800,00	3.960.802,44
Sub Total	3.913.988,11	38.014,33	8.800,00	3.960.802,44
366 - Educação de Jovens e Adultos				
2300 - EDUCACAO BASICA DIREITO DE TODOS	71.358,13	315,26	0,00	71.673,39
Sub Total	71.358,13	315,26	0,00	71.673,39
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
12 - Total Educação	18.324.114,14	236.509,35	14.332,95	18.574.956,44

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	18.324.114,14
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	27.202.560,64
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	250.842,30
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	45.777.517,08
Disponibilidade Bruta de Caixa (D)	412.415,67
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	38.274,36
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (H = D - E - F + G)*	374.141,31
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - H)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	0,00
Total Aplicado (K = C - I + J)	45.777.517,08
* se H menor ou igual a R\$ 0,00, então R\$ 0,00.	

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	-	182.563.541,54
L - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	45.640.885,39
K - Valor da Aplicação	25,07	45.777.517,08
M - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (M = K - L)		136.631,69

Município: Unai	Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162	
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)	

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 25,07% da Receita Base de Cálculo.

Considerações:

Para pagamento das despesas com recursos próprios, constatou-se que foram utilizados recursos movimentados por meio das contas bancárias n. 287-0 - Movimento Diversos MDE, 73008-4 - L. Arrecadação Tributos Municipais. Ressalta-se que esses pagamentos foram considerados como aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), uma vez que denotam tratar-se de contas representativas de recursos pertinentes à Receita Base de Cálculo (RBC) e/ou tenham recebido transferências dessas contas.

Recomendações:

As despesas com a MDE devem ser empenhadas e pagas utilizando-se somente as fontes de receitas 101 e 201 e a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica e serem identificados e escriturados de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da INTC n. 13/2008.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	53.363.140,23
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	2.110.093,80
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	24.306.857,32
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	1.399.610,58
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	2.731.205,26
143 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	2.457,48
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	709.999,16
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	387.924,95
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	228.912,00
147 - Transferência do Salário-Educação	2.046.293,59
200 - Recursos Ordinários	182.358,63
219 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	25.108,35
244 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	104.751,78
246 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	552.610,89
Sub Total	34.788.183,79
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	34.788.183,79
Total após exclusões (C = A - B)	18.574.956,44
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	27.202.560,64
Total das Despesas (E = C + D)	45.777.517,08

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	250.842,30
Disponibilidade Bruta de Caixa (G)	412.415,67
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	38.274,36
Valores Restituíveis a Recolher (I)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (J)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (K = G - H - I + J)*	374.141,31
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem Disponibilidade de Caixa (L = F - K)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (M)	0,00
Total Aplicado (N = E - L + M)	45.777.517,08
* se K menor ou igual a R\$ 0,00, então R\$ 0,00.	

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1.1.1.8.01.1.1 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	6.356.803,81
1.1.1.8.01.1.2 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA	134.155,75
1.1.1.8.01.1.3 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - DÍVIDA ATIVA	2.175.124,47
1.1.1.8.01.1.4 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	961.469,81
Sub Total	9.627.553,84
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1.1.1.8.01.4.1 - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO -INTER VIVOS- DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS - PRINCIPAL	7.042.370,42
Sub Total	7.042.370,42
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1.1.1.8.02.3.1 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	15.217.059,55
1.1.1.8.02.3.2 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA	134.285,74
1.1.1.8.02.3.3 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - DÍVIDA ATIVA	335.874,12
1.1.1.8.02.3.4 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	140.226,82
Sub Total	15.827.446,23
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1.1.1.3.03.1.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	9.729.105,53
1.1.1.3.03.4.1 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	755.379,18
Sub Total	10.484.484,71
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	42.981.855,20
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1.7.1.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	41.195.199,07
1.7.1.8.01.5.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	3.118.615,48
1.7.1.8.06.1.1 - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96 - PRINCIPAL	0,00
1.7.2.8.01.1.1 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	78.628.629,53
1.7.2.8.01.2.1 - COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	12.108.659,14
1.7.2.8.01.3.1 - COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	961.709,83
Total	136.012.813,05
TOTAL DAS RECEITAS	178.994.668,25

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	4.836.012,19	0,00	435.718,01	5.271.730,20
2000 - DIREÇÃO ESTRATÉGICA	3.129.845,98	35.902,64	3.724,76	3.169.473,38
2002 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	4.745.160,20	100.284,82	36.100,70	4.881.545,72
Sub Total	12.711.018,37	136.187,46	475.543,47	13.322.749,30
301 - Atenção Básica				
2351 - SAÚDE DA FAMÍLIA	4.778.283,47	748.727,60	17.284,36	5.544.295,43
2353 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE BUCAL	4.482.880,68	0,00	0,00	4.482.880,68
2750 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	51.837,60	0,00	3.600,00	55.437,60
2355 - PLANEJAMENTO FAMILIAR E SAÚDE DA MULHER	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00
2354 - NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA NASF	51.337,73	0,00	0,00	51.337,73
Sub Total	9.378.739,48	748.727,60	20.884,36	10.148.351,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
2750 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	827.424,75	4.066,30	1.653,30	833.144,35
2359 - LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.641.618,89	10.800,00	0,00	1.652.418,89
2365 - ATENÇÃO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	20.922.759,17	411.212,31	87.930,81	21.421.902,29
2364 - ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL	295.213,45	19.544,96	0,00	314.758,41
2361 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE POLICLINICA	5.630.895,21	222.596,91	37.999,00	5.891.491,12
2358 - TRANSPORTE SANITÁRIO	2.712.087,08	271.027,81	20.562,92	3.003.677,81
Sub Total	32.029.998,55	939.248,29	148.146,03	33.117.392,87
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
2362 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	536.927,83	109.769,45	64.132,99	710.830,27
Sub Total	536.927,83	109.769,45	64.132,99	710.830,27
304 - Vigilância Sanitária				
2357 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	693.641,68	0,00	0,00	693.641,68
Sub Total	693.641,68	0,00	0,00	693.641,68

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
305 - Vigilância Epidemiológica				
2356 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL E CONTROLE DE ZONOSSES	1.178.483,23	0,00	0,00	1.178.483,23
2363 - SERVICO DE ASSISTENCIA ESPECIALIZADA EM HIVAIDSHVCTA	1.446.888,79	0,00	0,00	1.446.888,79
Sub Total	2.625.372,02	0,00	0,00	2.625.372,02
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	57.975.697,93	1.933.932,80	708.706,85	60.618.337,58

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	57.975.697,93
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	2.642.639,65
Subtotal (C = A + B)	60.618.337,58
Disponibilidade Bruta de Caixa (D)	72.098,74
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	1.844.182,25
Valores Restituíveis a Recolher (F)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (G)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (H = D - E - F + G)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (I = B - H)	2.642.639,65
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (J)	0,00
Total Aplicado (K = C - I + J)	57.975.697,93
* se H menor ou igual a R\$ 0,00, então R\$ 0,00.	

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	-	178.994.658,25
L - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	26.849.200,24
K - Valor da Aplicação	32,39	57.975.697,93
M - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (M = K - L)		31.126.497,69

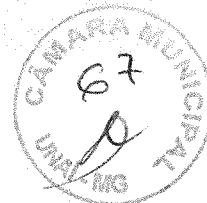
Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 32,39% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

Considerações:

Constatou-se que para pagamentos das despesas foi utilizada somente uma conta bancária, ora considerada como aplicação na Saúde. Sendo feito em conta corrente bancária específica, identificado e escriturado de forma individualizada por fonte, conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, como também de forma a atender o disposto na Lei n. 8080/1990, LC n. 141/2012 c/c os arts. 2º, §§ 1º e 2º e 8º, da INTC n. 19/2008.



Município: Unai

Exercício: 2019

Nº do Processo: 1092162

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	84.187.957,15
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	1.772.423,35
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	6.905.695,75
149 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	11.542.330,46
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	849.361,06
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	473.405,94
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	916.190,39
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	1.110.212,62
255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	0,00
Sub Total	23.569.619,57
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	23.569.619,57
Total após exclusões (C = A - B)	60.618.337,58

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	2.642.639,65
Disponibilidade Bruta de Caixa (E)	72.098,74
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	1.844.182,25
Valores Restituíveis a Recolher (G)	0,00
Valores restituíveis registrados no Ativo Financeiro (H)	0,00
Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em Restos a Pagar (I = E - F - G + H)*	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem Disponibilidade de Caixa (J = D - I)	2.642.639,65
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = C - J + K)	57.975.697,93
* se I menor ou igual a R\$ 0,00, então R\$ 0,00.	

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	159.076.444,41	8.641.508,03	167.717.952,44
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	149.091.850,86	8.641.508,03	157.733.358,89
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	139.837.190,61	8.191.308,40	148.028.499,01
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	17.543.669,55	0,00	17.543.669,55
3.1.90.01.01 - Aposentadorias Custeadas com Recursos do RPPS	17.543.669,55	0,00	17.543.669,55
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	3.794.846,21	0,00	3.794.846,21
3.1.90.03.01 - Pensões Custeadas com Recursos do RPPS	3.794.846,21	0,00	3.794.846,21
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	6.834.076,59	0,00	6.834.076,59
3.1.90.04.99 - Outros	6.834.076,59	0,00	6.834.076,59
3.1.90.05.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	2.723.580,34	0,00	2.723.580,34
3.1.90.05.01 - Outros Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo	2.697.029,28	0,00	2.697.029,28
3.1.90.05.02 - Outros Benefícios Previdenciários de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS	26.551,06	0,00	26.551,06
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	100.680.730,72	7.352.205,01	108.032.935,73
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	21.763.097,86	4.585,12	21.767.682,98
3.1.90.11.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: até 40%)	6.066.819,10	0,00	6.066.819,10
3.1.90.11.03 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao RPPS), exceto FUNDEB	66.293.382,28	4.133.057,69	70.426.439,97
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	32.045,16	16.290,54	48.335,70
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	4.565.093,40	1.399.259,86	5.964.353,26
3.1.90.11.06 - Subsídio de Vereador	0,00	1.686.771,38	1.686.771,38
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	254.238,20	0,00	254.238,20

Município: Unai **Exercício: 2019**
Nº do Processo: 1092162
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	127.889,64	0,00	127.889,64
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	1.350.106,77	0,00	1.350.106,77
3.1.90.11.10 - Subsídio de Presidente da Câmara	0,00	112.240,42	112.240,42
3.1.90.11.12 - Remuneração de Membros de Conselhos	228.058,31	0,00	228.058,31
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	3.816.875,58	647.840,09	4.464.715,67
3.1.90.13.02 - Contribuição Patronal para o RPPS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	41.190,38	0,00	41.190,38
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	2.950.161,35	647.840,09	3.598.001,44
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	823.173,68	0,00	823.173,68
3.1.90.13.99 - Outras Obrigações	2.350,17	0,00	2.350,17
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	231.269,88	0,00	231.269,88
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	231.269,88	0,00	231.269,88
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	165.000,00	0,00	165.000,00
3.1.90.91.02 - Sentenças Judiciais de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS	165.000,00	0,00	165.000,00
3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	51.309,96	0,00	51.309,96
3.1.90.92.01 - Despesas de Exercícios Anteriores de Pessoal Ativo	51.309,96	0,00	51.309,96
3.1.90.94.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	3.995.831,78	191.263,30	4.187.095,08
3.1.90.94.01 - Indenizações por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	1.637,61	1.637,61
3.1.90.94.02 - Incentivos à Demissão Voluntária	2.126,30	0,00	2.126,30
3.1.90.94.03 - Restituições e Outras Indenizações Trabalhistas	3.993.705,48	189.625,69	4.183.331,17
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.254.660,25	450.199,63	9.704.859,88
3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais	9.254.660,25	450.199,63	9.704.859,88

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

3.1.91.13.02 - Contribuição Patronal para o RPPS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	7.557.908,97	450.199,63	8.008.108,60
3.1.91.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	1.696.751,28	0,00	1.696.751,28
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	9.984.593,55	0,00	9.984.593,55
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	9.984.593,55	0,00	9.984.593,55
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	9.984.593,55	0,00	9.984.593,55
3.3.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	9.984.593,55	0,00	9.984.593,55

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio	24.062.096,10	0,00	24.062.096,10
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	2.126,30	0,00	2.126,30
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	3.993.705,48	191.263,30	4.184.968,78
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	51.309,96	0,00	51.309,96
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	165.000,00	0,00	165.000,00
Total das Exclusões	28.274.237,84	191.263,30	28.465.501,14
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	130.802.206,57	8.450.244,73	139.252.451,30

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

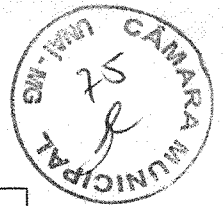
Receitas

Descrição	Valor
Receitas	327.317.131,60
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	27.202.560,64
Sub Total	27.202.560,64
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
92 - Restituições	15.070.859,31
98 - Retificações	916.891,57
Sub Total	15.987.750,88
Total	43.190.311,52
Exclusões	
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
1.2.1.8.01.2.1 - CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	163.585,15
1.2.1.8.01.1.1 - CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	8.601.062,10
1.2.1.8.01.3.1 - CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	7.563,29
Sub Total	8.772.210,54
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
1.9.9.0.03.1.1 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	423.737,63
Sub Total	423.737,63
Receitas Corrente Intraorçamentária	
7.9.9.0.01.1.1 - APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS - PRINCIPAL	5.771.285,35
7.2.1.8.03.1.1 - CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	9.820.328,69
7.2.1.8.04.1.1 - CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	768.673,28
7.2.1.8.04.1.2 - CPSSS PATRONAL - PARCELAMENTOS - SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS DE MORA	0,00
Sub Total	16.360.287,32
Total	25.556.235,49
Receita Corrente Líquida do Município	258.570.584,59
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (Art. 166, §13 da CF)	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo)	258.570.584,59

Município: Unai Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	139.628.115,68	15.514.235,08	155.142.350,75
Total da Despesa com Pessoal	130.802.206,57	8.450.244,73	139.252.451,30
% Aplicado	50,59	3,27	53,86
% Excedente	0,00	0,00	0,00



Município: Unai

Exercício: 2019

Nº do Processo: 1092162

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Regular:

O Poder Executivo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 50,59% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Poder Legislativo

Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 3,27% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Município

Item Regular:

O Município obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 53,86% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

Município: Unai Nº do Processo: 1092162 6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)	Exercício: 2019
--	------------------------

Considerações:

I- Conforme disposto nos §§ 5º e 6º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta nº 02, de 18 de dezembro de 2019, acrescentou-se ao total da Receita Corrente Líquida os valores devidos pelo Estado aos Municípios relativos ao IPVA e ao ICMS do exercício de 2019, sendo:

Valores devidos na assinatura do acordo:

ICMS 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (a).....R\$2.915.228,26
IPVA 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (b)R\$1.498.865,13

Liminares pagas e/ou Bloqueios judiciais compensados:

ICMS e IPVA 2019 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (c).....R\$0,00
ICMS 2018 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (d)*.....R\$0,00

Total a ser ajustado na RCL [e = (a+b)-(c+d)]**.....R\$4.414.093,39

II- Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal (com valores do IPVA e do ICMS não recebidos pelos Municípios:

Receita Corrente Líquida do Município.....R\$258.570.584,59
(+/-) Total a ser ajustado na RCL (e)R\$4.414.093,39
(-) Transferências Advindas de Emendas.....
Receita Corrente Líquida Ajustada (Receita Base de Cálculo).....R\$262.984.677,98

Descrição Poder Executivo

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R\$142.011.726,11
Total da Despesa com Pessoal.....R\$130.802.206,57
% Aplicado.....49,74%
% Excedente.....0,00%

Descrição Poder Legislativo

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R\$15.779.080,68
Total da Despesa com Pessoal.....R\$8.450.244,73
% Aplicado.....3,21%
% Excedente.....0,00%

Município: Unai Nº do Processo: 1092162 6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88)	Exercício: 2019
--	------------------------

Descrição Município

Permitido pela Lei Complementar 101/2000.....R\$157.790.806,79

Total da Despesa com Pessoal.....R\$139.252.451,30

% Aplicado.....52,95%

% Excedente.....0,00%

* ICMS 2018 - Líquido da Contribuição ao Fundeb (d): foram valores relativo ao exercício de 2018 e cuja arrecadação se deu de forma efetiva em 2019, de forma que é necessária essa exclusão para fins de controle, haja vista que por ocasião da avaliação das contas de 2018, esta unidade técnica realizou esse ajuste positivamente na RCL de 2018 do respectivo município, sendo agora necessário o devido estorno para evitar duplicidade.

** Total a ser ajustado na RCL (e): estes valores são para fins de apuração dos gastos com pessoal, conforme §§ 5º e 6º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta nº 02 de 2019.



Município: Unai

Exercício: 2019

Nº do Processo: 1092162

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O Parecer do Controle Interno foi pela regularidade das contas

Conclusão do Item:

Item Regular:

O Relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

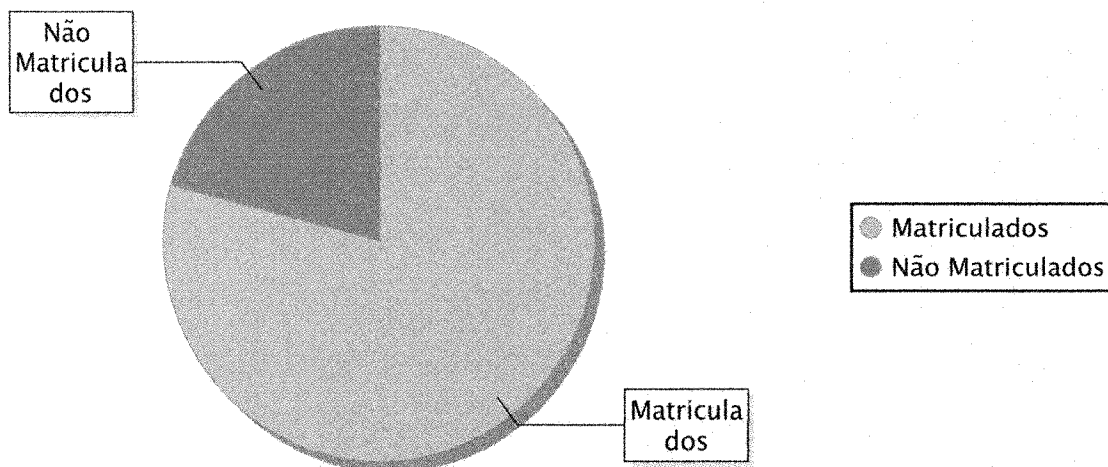
Exercício: 2019

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.

A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

População de 4 a 5 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
2291	1815



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município não cumpriu integralmente a meta estabelecida para o exercício de 2016. Ressalta-se que, até o exercício de 2019, essa meta não tinha ainda sido cumprida, tendo alcançado o percentual 79.22%.

Recomendações:

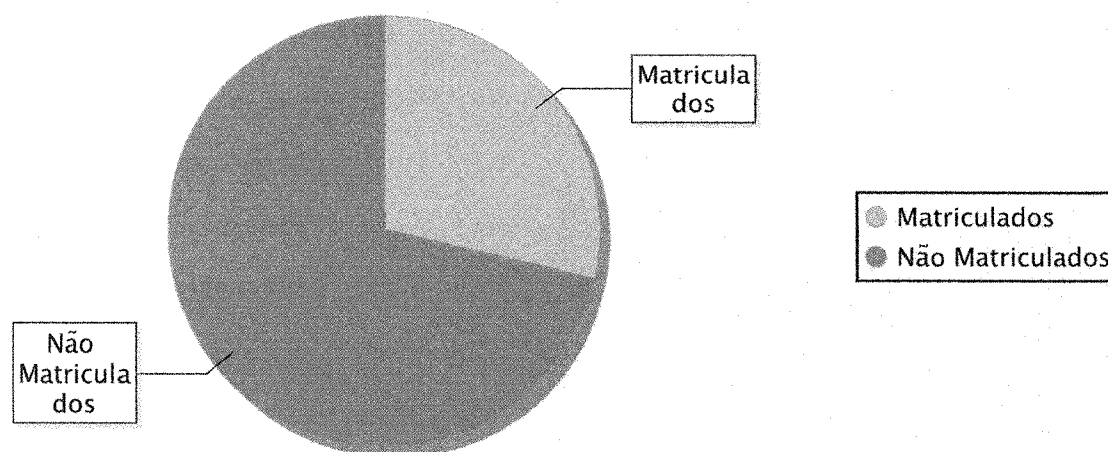
Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

B - Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024.

Município:	Unaí	Exercício:	2019
Nº do Processo:	1092162		



População de 0 a 3 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
4429	1265



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu, até o exercício de 2019, o percentual de 28.56% no tocante a oferta em creches para crianças de 0(zero) a 3(três) anos, devendo atingir no mínimo 50% até 2024, conforme disposto na Lei nº 13.005/2014.

META 18 - Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/ de 2008.

Modalidade da Educação Básica

Modalidade da Educação Básica Piso Nacional (40 horas semanais): R\$R\$ 2.557,74	Valor Pago Pelo Município
Creche	R\$ 1.997,68
Pré Escola	R\$ 1.997,68
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	R\$ 1.997,68

Fonte: I-EDUC

Questionário Educação - IEGM - Portal SICOM

Conclusão do Item:

O município não observa o piso salarial profissional nacional previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado pelo MEC, para exercício de 2019, em 4,17% (o percentual utilizado pelo MEC para reajuste do Piso Nacional é o mesmo utilizado para cálculo do valor aluno/ano que resulta dos critérios definidos conforme Portarias MEC/MF de nºs 08/2017 e 06/2018).

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019



Recomendações:

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2019 pelo MEC, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.

Município: Unaí Exercício: 2019
Nº do Processo: 1092162

9 - Resultado obtido pelo município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais agrega ao parecer prévio sobre as contas do Prefeito municipal o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal que tem por objetivo avaliar os meios empregados pelo governo municipal para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão do município em 7 (sete) grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

Consoante estabelece a Apostila de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, elaborada em 2013 pela ENAP, um bom indicador deve possuir, entre outros, os seguintes atributos: a) Estabilidade: permitindo monitoramentos comparações coerentes; b) Confiabilidade metodológica: os métodos de coleta e processamento devem ser confiáveis c) Confiabilidade da fonte: a fonte de dados fornece o indicador com precisão e exatidão. Objetivando garantir essas propriedades, o IEGM busca refletir a situação da gestão no momento da apuração, verificada por meio de questionário aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas aos jurisdicionados e pelos dados encaminhados através SICOM disponíveis em 30/06/2020, data de apuração do índice.

Após a ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões - calculada conforme metodologia única adotada nacionalmente -, o Município é enquadrado em uma das cinco faixas de resultado que obedecem aos seguintes critérios:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

A tabela a seguir apresenta uma série histórica dos resultados gerais alcançados pelo Município, nos sete indicadores, os quais estão sujeitos a alterações em razão de outras ações de fiscalização, tais como emissão de parecer prévio referente à Prestação de Contas Anual, inspeções, auditorias, denúncias, representações etc.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019



DIMENSÃO	2015	2016	2017	2018	2019
i-Amb	C	C	C	B+	C
i-Cidade	B	C+	B	C	C
i-Educ	C	C	B	C+	C
i-Fiscal	C	C	B+	C+	B
i-Gov TI	B	B	B	B	C+
i-Planejamento	B	C+	C+	C+	B
i-Saúde	B	B	B	B	B
Resultado final	C+	C	B	B	C+

O Tribunal de Contas ao apresentar os resultados do IEGM, no âmbito do parecer prévio emitido sobre as contas anuais do chefe do Poder Executivo, amplia o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública, possibilitando possíveis correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as demandas da sociedade.

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4.320/64)

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4.320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 2.918.454,79 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Ressalta-se que apenas R\$ 848.040,24 foram empenhados sem recursos disponíveis conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", valor este considerado como irregular. Entretanto, diante da baixa materialidade, risco e relevância dos valores apurados, afasta-se o apontamento.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos no valor de R\$ 733.834,26 contrariando o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000. Entretanto, não foram empenhadas despesas, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos", não comprometendo o equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual afasta-se o apontamento.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988 c/c § único do art 8º, LRF)

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988 c/c § Único do art. 8º da LC 101/2000.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput c/c inciso I do §2º do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 25,07% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Município: Unaí
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

Foi aplicado o percentual de 32,39% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Poder Executivo

O Poder Executivo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 50,59% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 3,27% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000 e § 13, art. 166 da CR/88) - Município

O Município obedeceu ao limite percentual estabelecido pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 53,86% da Receita Corrente Líquida Ajustada.

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O Relatório de Controle Interno apresentou abordado todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017.

CONCLUSÃO:

Com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, após a análise da prestação de contas apresentada, propõe-se a aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art.45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

RECOMENDAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 deste Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200, observando-se ainda a Portaria Nº 3992/17 que trata dos blocos de financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

As despesas com a MDE devem ser empenhadas e pagas utilizando-se somente as fontes de receitas 101 e 201 e a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica e serem identificados e escriturados de forma individualizada por fonte (por conta representativa

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

da RBC), conforme parâmetros utilizados no Sicom estabelecidos na INTC n. 05/2011, alterada pela INTC 15/2011 e Comunicado Sicom n. 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da LC n. 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da INTC n. 13/2008.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Foram detectados decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, em descumprimento ao disposto na Consulta n. 932.477/14. Nos termos da citada Consulta, não devem ser abertos créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, com exceção daquelas originadas do Fundeb e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde. Ressalta-se que a exceção prevista na Consulta poderá se dar entre as fontes 118, 119, 218 e 219 para o Fundeb; entre as fontes 100, 101, 200 e 201, para o Ensino; e entre as fontes 100, 102, 200 e a 202 para a Saúde. Ademais, embora não previsto na Consulta mencionada, incluem-se à exceção as fontes decorrentes do bloco de financiamento do SUS, visto terem sido unificadas pela Portaria n. 3992/17 do Ministério da Saúde. Sendo assim, até o exercício de 2019, também é possível a alteração de fonte entre as fontes 148, 149, 150, 151 e 152 ou entre as fontes 248, 249, 250, 251 e 252.

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014) - A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

O município não cumpriu integralmente a meta estabelecida para o exercício de 2016. Ressalta-se que, até o exercício de 2019, essa meta não tinha ainda sido cumprida, tendo alcançado o percentual 79.22%.

Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014) - Modalidade da Educação Básica

O município não observa o piso salarial profissional nacional previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado pelo MEC, para exercício de 2019, em 4,17% (o percentual utilizado pelo MEC para reajuste do Piso Nacional é o mesmo utilizado para cálculo do valor aluno/ano que resulta dos critérios definidos conforme Portarias MEC/MF de nºs 08/2017 e 06/2018).

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2019 pelo MEC, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

CACGM/DCEN, em 25/11/2020

Nome: Stela Maris Pimenta Ribeiro

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 16974

Página 44

Município: Unai
Nº do Processo: 1092162

Exercício: 2019

Remessas

Informamos que a prestação de contas foi consolidada dia 17/06/2020 e teve por base as seguintes remessas:

Órgão(s)

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI
AM-775389390-JAN; AM-783667219-FEV; AM-783691052-MAR; AM-791465313-ABR; AM-794702698-MAI; AM-798593266-JUN; AM-802161519-JUL; AM-805759408-AGO; AM-820190913-SET; AM-820191980-OUT; AM-820191986-NOV; AM-827666586-DEZ
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI
AM-810374792-JAN; AM-810622184-FEV; AM-810713930-MAR; AM-810799629-ABR; AM-811113009-MAI; AM-811254307-JUN; AM-814829933-JUL; AM-814889008-AGO; AM-814924481-SET; AM-815042632-OUT; AM-817147610-NOV; AM-828374530-DEZ; DCASP-833499822-; IP-771668877-JAN
03 - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
AM-791091812-JAN; AM-791136114-FEV; AM-792135785-MAR; AM-792252738-ABR; AM-797770375-MAI; AM-798675519-JUN; AM-802231407-JUL; AM-806784664-AGO; AM-808696692-SET; AM-814561894-OUT; AM-815534238-NOV; AM-826782387-DEZ
04 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
AM-806739638-JAN; AM-806757221-FEV; AM-806764848-MAR; AM-806768701-ABR; AM-806789293-MAI; AM-806793934-JUN; AM-829379037-JUL; AM-829871602-AGO; AM-830443349-SET; AM-830455831-OUT; AM-830474785-NOV; AM-830498053-DEZ



LEI N.º 3.196, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018.

Estabelece a programação anual de receitas e despesas do Município de Unaí para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Fica estabelecida a programação anual de receitas e despesas do Município de Unaí para o exercício financeiro de 2019, comportando o Orçamento Anual, com a receita estimada no montante de R\$ 298.280.454,82 (duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), do qual foram deduzidas as retenções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb –, fixada, também, a despesa em igual valor, nos termos do parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, do inciso III do artigo 156 da Lei Orgânica do Município e das diretrizes e bases estatuídas pela Lei n.º 3.163, de 25 de junho de 2018, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; e

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da administração direta e indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita



(Fls. 2 da Lei n.º 3.196, de 12/12/2018)

Subseção Única

Da Receita Total

Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente, fica estimada em R\$ 298.280.454,82 (duzentos e noventa e oito milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), deduzidas as contas retificadoras, desdobradas nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 215.071.909,70 (duzentos e quinze milhões, setenta e um mil, novecentos e nove reais e setenta centavos); e

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 83.208.545,12 (oitenta e três milhões, duzentos e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e doze centavos).

Art. 3º As receitas ficam estimadas por categoria econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto no Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Art. 4º A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento do Anexo II do Apêndice A desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Subseção Única

Da Despesa Total

Art. 5º A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, fica fixada em R\$298.280.454,82 (duzentos e noventa e oito milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), desdobrada nos termos do artigo 4º da Lei n.º 3.163, de 2018, nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 183.471.803,28 (cento e oitenta e três milhões quatrocentos e setenta e um mil oitocentos e três reais e vinte e oito centavos);

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 109.519.073,32 (cento e nove milhões quinhentos e dezenove mil setenta e três reais e trinta e dois centavos); e



(Fls. 3 da Lei n.º 3.196, de 12/12/2018)

III – Reserva de Contingência no valor de R\$ 5.289.578,32 (cinco milhões duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), sendo:

a) no Orçamento Fiscal o valor de R\$ 1.889.133,20 (um milhão oitocentos e oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e vinte centavos).

b) no Orçamento da Seguridade Social o valor de R\$ 3.400.445,12 (três milhões, quatrocentos mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e doze centavos).

Art. 6º Ficam plenamente assegurados os recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o disposto no artigo 41 da Lei n.º 3.163, de 2018.

Seção III

Da Distribuição da Despesa por Órgão

Art. 7º A despesa total fixada por função, poderes e órgãos está definida no Anexo IX do Apêndice A desta Lei.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Crédito

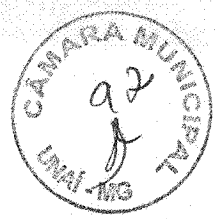
Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 29% (vinte e nove por cento) dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I – anulação parcial ou total de dotações;

II – incorporação de *superávit* e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurado em balanço;

III – excesso de arrecadação em bases constantes; e

IV – produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.



(Fls. 4 da Lei n.º 3.196, de 12/12/2018)

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais da administração direta, bem como as referentes a servidores colocados à disposição de outros órgãos e entidades, serão movimentadas pelos setores competentes da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias em empréstimos voltados para o saneamento e habitação de baixa renda.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de créditos para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção da garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 14. O Prefeito poderá adotar, no âmbito do Poder Executivo, parâmetros para utilização dos créditos orçamentários, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme o disposto no artigo 27 da Lei n.º 3.163, de 2018.

Art. 15. Os Apêndices A, B, C e D, com seus respectivos anexos, demonstrativos, tabelas, notas explicativas e emendas parlamentares aos anexos orçamentários são partes integrantes desta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unai, 12 de dezembro de 2018; 74º da Instalação do Município.



(Fls. 5 da Lei n.º 3.196, de 12/12/2018)

**JOSE GOMES
BRANQUINHO:18731074634**

Assinado de forma digital por JOSE GOMES BRANQUINHO:18731074634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por PRODEMGE,
cn=JOSE GOMES BRANQUINHO:18731074634
Dados: 2019.01.21 15:04:16 -03'00'

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Prefeito

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO
Secretário Municipal de Governo

NILTON GARCIA DA SILVA
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento.

Município: 3170404 - Unai

Exercício: 2019

Data e Hora de Geração: 25/11/2020 13:39:57

Histórico das Remessas: 24/11/2020

Período: Janeiro à Dezembro

Crêterios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Detalhamento das Anulações e Alterações de Fontes de Recursos Incompatíveis

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte de Recurso	Valor Alteração Fonte
8	24/01/2019	5 - Decreto ou ato de alteração de fonte de recurso	3163 - 25/06/2018	98-Não se aplica	378.000,00	Acréscimo	46	378.000,00
							Total	378.000,00
						Redução	22	149.000,00
							24	229.000,00
							Total	378.000,00
12	06/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.114.719,92	Acréscimo	00/01/02	1.104.169,92
							Total	1.104.169,92
						Redução	00/01/02	1.102.299,92
							16	1.870,00
							Total	1.104.169,92
13	08/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	310.240,00	Acréscimo	00/01/02	310.240,00
							Total	310.240,00
						Redução	00/01/02	306.240,00
							29	4.000,00
							Total	310.240,00
18	20/02/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	1.263.928,40	Acréscimo	00/01/02	1.174.690,16
							29	66.238,24
							Total	1.240.928,40
						Redução	00/01/02	1.178.690,16
							29	62.238,24
							Total	1.240.928,40
43	30/04/2019	5 - Decreto ou ato de alteração de fonte de recurso	3163 - 25/06/2018	98-Não se aplica	190.000,00	Acréscimo	48/49/50/51/52/53/54	190.000,00
							Total	190.000,00
						Redução	23	190.000,00
							Total	190.000,00
64	26/06/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	98.515,00	Acréscimo	00/01/02	93.370,00
							Total	93.370,00
						Redução	00/01/02	72.370,00
							29	21.000,00
							Total	93.370,00
68	03/07/2019	5 - Decreto ou ato de alteração de fonte de recurso	3163 - 25/06/2018	98-Não se aplica	21.000,00	Acréscimo	29	21.000,00
							Total	21.000,00
						Redução	00/01/02	21.000,00
							Total	21.000,00
88	12/08/2019	5 - Decreto ou ato de alteração de fonte de recurso	3163 - 25/06/2018	98-Não se aplica	1.870,00	Acréscimo	16	1.870,00
							Total	1.870,00
						Redução	00/01/02	1.870,00
							Total	1.870,00
148	25/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.307.100,00	Acréscimo	00/01/02	2.093.200,00
							18/19	104.900,00
							29	48.300,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos
 alor
 MG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA45809

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte de Recurso	Valor Alteração Fonte
148	25/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	2.307.100,00	Acréscimo	48/49/50/51/52/53/54	60.700,00
							Total	2.307.100,00
						Redução	00/01/02	2.307.100,00
							Total	2.307.100,00
150	26/11/2019	1 - Decreto de Crédito Suplementar	3196 - 12/12/2018	3-Anulação de Dotações	19.100,00	Acréscimo	18/19	3.100,00
							Total	3.100,00
						Redução	00/01/02	3.100,00
							Total	3.100,00
Total					5.704.473,32			

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos
 alor
 MG.

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA45809



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Substituto Telmo Passareli



Processo: 1092162
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Jurisdicionado: Município de Unaí
Responsável: José Gomes Branquinho
Exercício: 2019

Trata-se de Prestação Contas do Executivo Municipal de Unaí, relativa ao exercício de 2019, em que a unidade técnica, no relatório inicial, com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, concluiu pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Orgânica do Tribunal (peça 2).

Diante da manifestação da unidade técnica, encaminho os autos ao **Ministério Público de Contas** para emissão de parecer conclusivo.

Após, retornem-me conclusos.

Belo Horizonte, 7 de abril de 2021.

TELMO PASSARELI

Relator

AR



Ministério
Público
Folha nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Processo nº: 1.092.162
Relator: Conselheiro Substituto Telmo Passareli
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Jurisdicionado: Município de Unai
Exercício: 2019
Responsável: José Gomes Branquinho – Prefeito Municipal

PARECER

Excelentíssimo Senhor Conselheiro - Relator,

I. RELATÓRIO

1. Tratam os presentes autos da análise da Prestação das Contas Anuais, encaminhadas a essa Egrégia Corte de acordo com as disposições instituídas pela legislação aplicável.
2. A Unidade Técnica concluiu pela aprovação das contas, conforme atestado na análise das informações prestadas (peça nº 02/SGAP).
3. Após, vieram os autos conclusos ao Ministério Público de Contas para manifestação formal em sede de exame de legalidade.
4. É o relatório, no essencial.

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. Na busca da realização do princípio da celeridade processual e razoável duração do processo (*ex vi* inciso LXXVIII, do artigo 5º da CF/88), essa Egrégia Corte de Contas buscou a modernização de seus procedimentos de controle e fiscalização, incluindo a implantação do **Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM**, com remessa de dados municipais a partir do exercício de 2014.



Ministério
Público
Folha nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

6. Contudo, ainda que o novo sistema (**SICOM**) traga inovações e maior abrangência de informações que o anterior (**SIACE/PCA**), resta carente de procedimento fidedigno sob aspecto material, com vistas a possibilitar maior segurança jurídica nos pareceres terminativos ou conclusivos deste órgão ministerial.
7. A nova sistemática de informação de dados, na busca da necessária modernidade tecnológica dos órgãos de contas, manteve o regime de **autodeclaração ao jurisdicionado**, isto é, preenchimento de um banco de dados preestabelecido, voltado a autodescrever os atos e fatos jurídicos ocorridos no âmbito de sua própria estrutura de administração pública, com remessas periódicas ao respectivo Tribunal, sem necessidade de comprovação documental e material imediata; assim não há materialidade documental, exceto àquelas indispensáveis às análises técnicas consubstanciadas na juntada documental, tudo em sede de provocação por eventual autodefesa.
8. O parecer da unidade técnica da Corte de Contas, **em sendo substituído pela análise mecânica e crítica dos requisitos mínimos exigidos em lei**, transforma-se em mera validação eletrônica de dados, com ou sem inconsistências. A fidedignidade técnica deverá ser atestada eletronicamente pelo próprio Tribunal de Contas, sob suas expensas e responsabilidades intrínsecas ao *munus* público, não comportando a possibilidade de manifestação jurídica meritória plena e conclusiva, dadas as especificidades atinentes à matéria e ausência de inspeção local, que poderá demonstrar um cenário jurídico totalmente avesso ao ora autodeclarado *in casu*.
9. Assim, entende o Ministério Público Especial que, pela necessidade de aferição dos possíveis e eventuais graus de responsabilidade (administrativa, cível e criminal), bem como das implicações legais, funcionais e pessoais que importam o exame de legalidade do ato de parecer prévio, depender-se-á da comprovação material - neste momento processual -, através do *examine* de documentos que embasaram a edição dos elementos constitutivos da presente prestação de contas - ainda que por amostragem; diante da ausência, tornar-se-á impossível a manifestação terminativa acerca da matéria que ora se requesta.
10. Ressalte-se novamente, que **inexistem nos autos** documentos de comprovação material das despesas e receitas realizadas - **ainda que enviados eletronicamente**, mas, tão somente, mera declaração eletrônica nesse sentido pelo gestor público, sem prejuízo dos documentos acostados pelo próprio jurisdicionado *a posteriori* nos autos.
11. Assim, *prima facie* restam demonstrados os fundamentos mezinhos de vulnerabilidade do **SICOM**, conquanto não implementada nova tecnologia que carrie aos autos maior equilíbrio de segurança jurídica e eficiência plena, indispensáveis à modernidade da "era digital".
12. Ultrapassadas as manifestações preliminares, o Ministério Público volve-se ao mérito das contas prestadas, autodeclaradas pelo jurisdicionado e analisadas sob

MC



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

responsabilidade do órgão técnico, ressalvados os aspectos de segurança jurídica e fidedignidade antepostos.

13. Para efetivação dos propósitos de ações e fiscalização, o Tribunal de Contas estabeleceu com a **Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2019** os seguintes parâmetros e conteúdo para exame da materialidade nas prestações de contas:

- cumprimento do índice constitucional relativo às ações e serviços públicos de saúde;
- cumprimento do índice constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- cumprimento dos limites de despesas com pessoal fixados nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000;
- cumprimento do limite definido no art. 29-A da Constituição da República para repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;
- cumprimento das disposições previstas nos incisos V e VII, do art. 167 da Constituição da República, c/com os arts. 42 e 43 da Lei federal nº 4.320, de 1964, quando da abertura de créditos adicionais;
- cumprimento das disposições previstas no inciso II, do art. 167 da Constituição da República, e no art. 59 da Lei federal nº 4.320, de 1964, quando da execução dos créditos orçamentários e adicionais;
- cumprimento das disposições previstas no Parágrafo único do art. 8ª c/com inciso I do art. 50, ambos da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, para os recursos vinculados à finalidade específica;
- observância ao disposto no Anexo I da Instrução Normativa TCEMG nº 04, de 2017, no que se refere ao encaminhamento do Relatório de Controle Interno.

14. Dentro dos referidos itens relevantes juridicamente determinados pela E. Corte de Contas, vislumbramos que foram cumpridos os índices constitucionais relativos às despesas com **Ações e Serviços Públicos de Saúde e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, bem como os outros conteúdos determinados na **Ordem de Serviço Conjunta nº 02/2019** (peça nº 02/SGAP).

III. CONCLUSÃO

15. *Ex positis*, tendo em vista a ausência de irregularidades – sob aspecto meramente formal - apontadas nas contas prestadas pelo gestor municipal epigrafado, mas, contudo, diante da ausência de comprovação material das receitas e despesas ora lançadas no relatório exordial dos autos, em criterioso reestudo da **Lei Orgânica do Tribunal de Contas de**



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

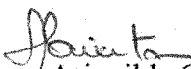


TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Nesta data, encerra-se o primeiro volume do presente processo.

O assunto continuará sendo tratado no segundo volume, que leva o mesmo número do processo e as mesmas especificações.

Unai, 16 de agosto de 2021; 77º da Instalação do Município.


Servidora Arionilda Caixeta da Silva Braga
Chefe do Serviço de Apoio ao Processo Legislativo




CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

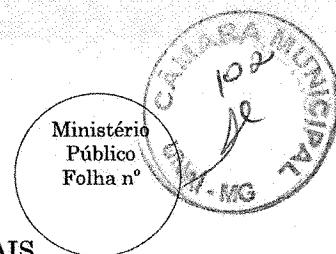


TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Nesta data, com o mesmo número e especificações, abre-se o segundo volume para o processo da Prestação de Contas n.º 1/2021, referente à Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Unai, relativas ao exercício de 2019, iniciando-se com a folha 101.

Unai, 16 de agosto de 2021; 77º da Instalação do Município.


Servidora Arionilda Caixeta da Silva Braga
Chefe do Serviço de Apoio ao Processo Legislativo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Minas Gerais (LCe nº 102/2008) e da Instrução Normativa TCEMG nº 04/2017, **OPINA** este órgão ministerial:

- a) Pela emissão de parecer prévio com a **APROVAÇÃO DAS CONTAS, COM RESSALVAS**, sob o aspecto formal, com espeque no inciso II do Artigo 45, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), escoimado ainda no inciso II do artigo 240, da Resolução TCEMG nº 12/2008, de 19 de dezembro de 2008 (Regimento Interno do TCEMG);
- b) Pelo atendimento das **RECOMENDAÇÕES** propostas pela Unidade Técnica (item 10, peça nº 02/SGAP).

16. Por fim, pela **RECOMENDAÇÃO** de realização de **INSPEÇÃO CIRCUNSTANCIAL OU POR AMOSTRAGEM** nas contas ora apresentadas, buscando a aferição da veracidade da autodeclaração firmada pelo jurisdicionado nos autos, sobretudo como caráter orientativo e pedagógico-preventivo atinente às atividades fiscalizadoras dessa Egrégia Corte de Contas.

17. É o **PARECER**.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2021.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador do Ministério Público de Contas
(Documento certificado digitalmente e disponível no SGAP)



Processo: 1092162
Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
Procedência: Prefeitura Municipal de Unai
Exercício: 2019
Responsável: José Gomes Branquinho
MPTC: Marcílio Barenco Corrêa de Mello
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI

I – RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas anual de responsabilidade do senhor José Gomes Branquinho, chefe do Poder Executivo do Município de Unai, relativas ao exercício financeiro de 2019, que tramita neste Tribunal de forma eletrônica, nos termos da Resolução 16/2017, Instrução Normativa 04/2017 e Ordem de Serviço Conjunta 02/2019.

A unidade técnica, após a análise dos dados enviados e da documentação instrutória, concluiu pela aprovação das contas, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar 102/2008 (peça 2), não ensejando, pois, abertura de vista ao responsável.

O Ministério Público de Contas opinou pela aprovação das contas com ressalva, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 45 da Lei Complementar 102/2008 (peça 13).

É o relatório, no essencial.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2021.

TELMO PASSARELI
Relator

PAUTA 2ª CÂMARA

Sessão de ____/____/____

TC



CERTIDÃO

CADASTRO JÁ ESTAVA ATUALIZADO

Certifico que, no Processo SGAP n. 1092162, o cadastro de partes e procuradores já se encontrava atualizado até a data da entrada em vigor da Ordem de Serviço n. 01, de 09 de abril de 2021.

Tribunal de Contas, em 13/05/2021.

Filipe Augusto N. de Jesus
Matrícula 150236

Processo: 1092162
Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL
Procedência: Prefeitura Municipal de Unai
Exercício: 2019
Responsável: José Gomes Branquinho
MPTC: Marcílio Barenco Corrêa de Mello
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI

SEGUNDA CÂMARA – 13/5/2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXECUTIVO MUNICIPAL. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. ÍNDICES E LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. CONTROLE INTERNO. PNE. IEGM. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÕES.

1. Aplicam-se os princípios da razoabilidade e da insignificância em relação à abertura de créditos sem recursos disponíveis, quando o valor do crédito adicional empenhado corresponde a 0,30% do total da despesa empenhada.
2. A irregularidade relativa à abertura de créditos adicionais sem recursos disponíveis é afastada quando não há a efetiva realização de despesa.
3. A edição de decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis contraria o disposto no art. 8º, parágrafo único, e art. 50, I, da Lei Complementar 101/2000, estando em desacordo com o entendimento do Tribunal exarado na Consulta 932477.
4. Compete aos gestores adotar providências para viabilizar cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE.
5. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) posicionado na Faixa C+ indica “em fase de adequação” das políticas e atividades públicas nas dimensões de Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em Tecnologia.

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, deliberam os Exmos. Srs. Conselheiros da Segunda Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas na proposta de voto do Relator, em:

- I) emitir **PARECER PRÉVIO** pela aprovação das contas anuais de responsabilidade do senhor José Gomes Branquinho, Chefe do Poder Executivo do Município de Unai, no exercício de 2019, com fundamento no disposto no art. 45, I, da Lei Orgânica e no art. 240, I, do Regimento Interno, ambos deste Tribunal de Contas;
- II) destacar que a análise da prestação de contas do gestor, e por conseguinte a emissão de parecer prévio pela sua aprovação, não obsta a apreciação posterior de atos relativos ao mencionado exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora deste Tribunal, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, tendo em vista as competências das Cortes de Contas;

III) recomendar ao município que:

- a) observe o disposto no parágrafo único do art. 8º e no inciso I do art. 50, ambos da Lei Complementar 101/2000, abstendo-se de promover a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes incompatíveis, em conformidade com o entendimento exarado na Consulta 932477;
- b) empenhe e pague as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino utilizando somente as fontes de receitas 101/201, sendo que, a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica, com sua identificação e escrituração de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no SICOM, estabelecidos na Instrução Normativa 05/2011, alterada pela Instrução Normativa 15/2011 e comunicado SICOM 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da Lei Complementar 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da Instrução Normativa 13/2008;
- c) prossiga promovendo ações públicas para o atingimento das metas do PNE e reavalie as políticas públicas e prioridades, com vistas ao seu aprimoramento e obtenção de bons índices de eficiência e efetividade das ações desenvolvidas;
- d) a documentação de suporte que comprova a prestação de contas do exercício de 2019 seja mantida de forma segura e organizada, para caso o Tribunal de Contas venha solicitá-la em futuras ações de fiscalização;

IV) recomendar ao Controle Interno o efetivo acompanhamento da gestão do chefe do Executivo, notadamente no cumprimento das metas previstas nas leis orçamentárias e na execução dos programas do município, sob pena de responsabilização solidária, conforme determinado no art. 74 da Constituição Federal de 1988;**V) ressaltar que as presentes recomendações não impedem que a constatação de conduta reiterada nos próximos exercícios venha a influenciar a conclusão dos pareceres prévios a serem emitidos;****VI) determinar que, promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, sejam arquivados os autos.**

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Sebastião Helvecio, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão e o Conselheiro Presidente Wanderley Ávila.

Presente à sessão a Procuradora Sara Meinberg.

Plenário Governador Milton Campos, 13 de maio de 2021.

WANDERLEY ÁVILA
Presidente

TELMO PASSARELI
Relator

(assinado digitalmente)

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
SEGUNDA CÂMARA – 13/5/2021



CONSELHEIRO SUBSTITUTO TELMO PASSARELI:

I – RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas anual de responsabilidade do senhor José Gomes Branquinho, chefe do Poder Executivo do Município de Unaí, relativas ao exercício financeiro de 2019, que tramita neste Tribunal de forma eletrônica, nos termos da Resolução 16/2017, Instrução Normativa 04/2017 e Ordem de Serviço Conjunta 02/2019.

A unidade técnica, após a análise dos dados enviados e da documentação instrutória, concluiu pela aprovação das contas, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar 102/2008 (peça 2), não ensejando, pois, abertura de vista ao responsável.

O Ministério Público de Contas opinou pela aprovação das contas com ressalva, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 45 da Lei Complementar 102/2008 (peça 13).

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A análise da prestação de contas foi realizada com base nos dados enviados pelo jurisdicionado por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, observando o disposto na Instrução Normativa 04/2017 e na Ordem de Serviço Conjunta 02/2019.

II.1 – Da Execução Orçamentária

II.1.1 – Dos Créditos Orçamentários e Adicionais

De acordo com o relatório da unidade técnica, não foram abertos créditos suplementares e especiais sem cobertura legal, obedecendo assim ao disposto no artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964; bem como não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo assim o disposto no art. 59 da Lei Federal 4.320/1964 e no inciso II do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

Segundo o estudo técnico, foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis no valor de R\$ 2.918.454,79, com base no excesso de arrecadação (peça 2, item 2.3.1 – f. 5/7) e R\$ 733.834,26, fundamentado no superávit financeiro (peça 2, item 2.3.2 – f. 8/10), contrariando assim o disposto no artigo 43 da Lei 4.320/1964 combinado com o parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar 101/2000.

A jurisprudência do Tribunal, em casos semelhantes, tem sido no sentido de analisar o valor dos créditos empenhados para verificar se a irregularidade é capaz de ensejar a reprovação das contas, conforme pareceres prévios emitidos nos autos 958679, 848031, 1047088 e 1007875.

Em razão desse entendimento jurisprudencial foi previsto expressamente no § 7º do art. 1º da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019 que, para aferição do cumprimento do art. 43 da Lei 4.320/1964, deverá ser observada “a efetiva realização da despesa”.

No caso dos autos, a unidade técnica ressaltou que, em relação ao valor de R\$ 2.918.454,79, foi empenhado o montante de R\$ 848.040,24, conforme demonstrado na coluna “Despesa Empenhada sem Recursos” (peça 2, item 2.3.1 – f. 6/7).

Entretanto, tendo em vista que o valor aberto representou 0,2955% do valor total da receita líquida (R\$ 286.956.965,62), o apontamento foi afastado pelo órgão técnico em razão de sua baixa materialidade, risco e relevância.

De fato, analisando os autos, verifica-se que, consoante destacado pela unidade técnica, em relação ao valor de R\$ 2.918.454,79 foi empenhado irregularmente o montante de R\$ 848.040,24, valor que corresponde a aproximadamente 0,30% do total da despesa empenhada (R\$ 282.809.958,62). Dessa forma, com base nos critérios de materialidade e relevância, acompanho o estudo técnico e proponho que seja desconsiderada a irregularidade.

Quanto ao valor de R\$ 733.834,26, fundamentado no superávit financeiro, a unidade técnica destacou que não foram empenhadas despesas com base nos créditos adicionais irregularmente abertos, conforme demonstrado na coluna "Despesa Empenhada sem Recursos" (item 2.3.2 - f. 10 – peça 2), não tendo havido, portanto, comprometimento do equilíbrio da execução orçamentária, razão pela qual foi afastado o apontamento. Nesse contexto, como não houve empenho, entendo que não subsiste a irregularidade.

Em relação à autorização para abertura de créditos suplementares, verifica-se que, por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, foi autorizado o percentual de 29% (art. 8º) do valor orçado para a abertura de créditos suplementares.

O Tribunal reiteradamente tem considerado elevado o percentual de 30% para suplementação de dotações consignadas na LOA, entendendo que, embora tal percentual não tenha o condão de macular as contas, pode descaracterizar o orçamento público, que é instrumento de planejamento, organização e controle das ações governamentais.

In casu, verifica-se que o valor dos créditos suplementares abertos foi de R\$ 86.480.802,88, o que corresponde a aproximadamente 28,99% da despesa fixada na LOA (R\$ 298.280.454,82), pouquíssimo abaixo dos 29,00% inicialmente autorizados, que corresponderiam a R\$ 86.501.331,90.

Portanto, a suplementação se concretizou em percentual que não é considerado excessivo.

II.1.2 – Do Controle por Fonte

De acordo com a unidade técnica, foram detectados decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis (peça 9), não atendendo assim à Consulta 932477, na qual o Tribunal firmou o entendimento acerca da impossibilidade de abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas.

Como regra, excetuam-se do posicionamento consolidado pelo Tribunal os recursos das fontes que podem ser compensadas entre si:

- i. 118/218 e 119/219 poderão ter anulação e acréscimo entre si, desde que obedecida a provisão do mínimo de 60% para custeio do pessoal do magistério, conforme art. 22, da Lei Federal 11.494/2007;
- ii. 101/201 e 102/202 poderão ter anulação e suplementação entre si das dotações, porque a origem do recurso é a mesma, incluídas as fontes 100 e 200, quando originada de impostos;
- iii. 148/248, 149/249, 150/250, 151/251 e 152/252, Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Portaria Ministério da Saúde 3992/2017.

A obrigatoriedade do controle por fonte deriva de lei, especificamente do parágrafo único do art. 8º e do inciso I do art. 50, ambos da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e busca tornar viável o adequado controle da disponibilidade de caixa, mediante a



individualização do registro e do controle da origem e respectiva destinação dos recursos públicos, em especial, os vinculados.

A prática adotada não se mostra correta, razão pela qual recomenda-se ao gestor a observância dos termos da Consulta 932477, que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, de modo a permitir o adequado acompanhamento da origem e da destinação dos recursos públicos, em atenção ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

II.2 – Dos Limites e Índices Constitucionais e Legais

II.2.1 – Repasse à Câmara

O valor do repasse à Câmara obedeceu ao limite de **7,00%** estabelecido pelo art. 29-A, I, da Constituição Federal de 1988, tendo sido verificado que o repasse correspondeu a **6,45%** da receita base de cálculo.

II.2.2 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Foi aplicado o percentual de **25,07%** da receita base de cálculo na manutenção e desenvolvimento do ensino, obedecendo ao mínimo de **25%** exigido no art. 212 da Constituição Federal de 1988, estando de acordo, também, com o disposto na Instrução Normativa 05/2012.

Em consonância com o estudo técnico, recomenda-se que as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino sejam empenhadas e pagas utilizando somente as fontes de receitas 101/201 e que a movimentação dos recursos correspondentes seja feita em conta corrente bancária específica, com a sua identificação e escrituração de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no SICOM, estabelecidos na Instrução Normativa 05/2011, alterada pela Instrução Normativa 15/2011 e comunicado SICOM 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da Lei Complementar 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da Instrução Normativa 13/2008.

II.2.3 – Ações e Serviços Públicos de Saúde

Foi aplicado o percentual de **32,39%** da receita base de cálculo nas ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo ao mínimo de **15%** exigido pelo art. 198, § 2º, III, da Constituição Federal de 1988, estando de acordo, também, com o disposto na Lei Complementar 141/2012 e na Instrução Normativa 05/2012.

II.2.4 – Despesas com Pessoal por Poder

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos no art. 19, III, da Lei Complementar 101/2000, tendo sido aplicados **53,86%** da receita corrente líquida.

O Poder Executivo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000 no art. 20, III, *b*, tendo sido aplicados **50,59%** da receita corrente líquida.

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela Lei Complementar 101/2000, no art. 20, III, *a*, tendo sido aplicados **3,27%** da receita corrente líquida.

II.3 – Relatório de Controle Interno

De acordo com a unidade técnica, o relatório do Controle Interno concluiu pela regularidade das contas, e abordou todos os itens exigidos no item I do Anexo I a que se refere o art. 2º, *caput* e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, *caput*, da Instrução Normativa 04/2017.

Ressalta-se que o parecer completo e conclusivo faz parte do escopo de análise contido na Instrução Normativa 04/2017 e na Ordem de Serviço Conjunta 02/2019.

Desta feita, tendo em vista que todos itens exigidos pela Instrução Normativa 04/2017 foram atendidos, verifica-se que o escopo da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019 foi cumprido.

II.4 – PNE - Plano Nacional de Educação

No que se refere ao item I do art. 2º da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019, a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade até o ano de 2016, ação prevista na Meta 1 do PNE, a unidade técnica apurou que o Município cumpriu até 2019 **79,22%** da meta prevista para o exercício 2016, deixando de atender o disposto na Lei 13.005/2014.

Já no que tange ao item II do art. 2º da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019, referente à oferta em creches para crianças de 0 a 3 anos, ação também prevista na Meta 1 do PNE, a unidade técnica apurou que o Município cumpriu, até o exercício de 2019, o percentual de **28,56%** da meta, devendo atingir o mínimo de **50%** até 2024, conforme disposto na Lei 13.005/2014.

O item III do art. 2º da Ordem de Serviço Conjunta 02/2019, por sua vez, prevê a análise da observância do piso salarial nacional dos profissionais da educação básica pública, consoante estabelecido na Meta 18 do PNE. Nesse ponto, a unidade técnica informou que o Município **não observa** o piso salarial profissional nacional previsto na Lei 11.738/2008, e atualizado para o exercício de 2019, pelas Portarias MEC/MF de 08/2017 e 06/2018, não cumprindo, portanto, o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República.

Recomenda-se ao município que prossiga promovendo ações públicas para o cumprimento das Metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação – PNE.

II.5 – Efetividade da Gestão Municipal - IEGM

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais agrega ao parecer prévio sobre as contas do Prefeito municipal o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal que tem por objetivo avaliar os meios empregados pelo governo municipal para se alcançar, de forma abrangente, a efetividade da gestão do município em 7 (sete) grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação.

De acordo com o estudo técnico, o município retrocedeu o IEGM em relação ao exercício anterior, uma vez que passou da nota B (efetiva) no exercício de 2018 para C+ (em fase de adequação) no exercício de 2019:

Exercício	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Final	C+	C	B	B	C+

Nesse contexto é o caso de se recomendar ao município que reavalie as políticas públicas e prioridades, com vistas ao seu aprimoramento e obtenção de melhores índices de eficiência e efetividade das ações desenvolvidas, de modo que as ações de governo correspondam às demandas da sociedade.

III – CONCLUSÃO

Em virtude do exposto, com base nas normas legais e constitucionais aplicáveis, especialmente com fulcro na Instrução Normativa 04/2017, proponho a emissão de parecer prévio pela **aprovação das contas** do senhor **José Gomes Branquinho**, chefe do Poder Executivo do



Município de **Unai** no exercício de **2019**, nos termos do art. 45, I, da Lei Orgânica e do art. 240, I, do Regimento Interno, ambos deste Tribunal de Contas.

Importante destacar que a análise da prestação de contas do gestor, e por conseguinte a emissão de parecer prévio pela sua aprovação, não obsta a apreciação posterior de atos relativos ao mencionado exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora deste Tribunal, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, tendo em vista as competências das Cortes de Contas.

Recomenda-se à gestora que observe o disposto no parágrafo único do art. 8º e no inciso I do art. 50, ambos da Lei Complementar 101/2000, abstendo-se de promover a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes incompatíveis, em conformidade com o entendimento exarado na Consulta 932477.

Recomenda-se ao município que empenhe e pague as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino utilizando somente as fontes de receitas 101/201, sendo que, a movimentação dos recursos correspondentes deve ser feita em conta corrente bancária específica, com sua identificação e escrituração de forma individualizada por fonte (por conta representativa da RBC), conforme parâmetros utilizados no SICOM, estabelecidos na Instrução Normativa 05/2011, alterada pela Instrução Normativa 15/2011 e comunicado SICOM 35/2014, bem como ao que estabelece o inciso I do art. 50 da Lei Complementar 101/2000 e §§ 6º e 8º do art. 1º da Instrução Normativa 13/2008.

Recomenda-se ao município que prossiga promovendo ações públicas para o atingimento das metas do PNE e reavalie as políticas públicas e prioridades, com vistas ao seu aprimoramento e obtenção de bons índices de eficiência e efetividade das ações desenvolvidas.

Recomenda-se ainda ao Controle Interno o efetivo acompanhamento efetivo da gestão do chefe do Executivo, notadamente no cumprimento das metas previstas nas leis orçamentárias e na execução dos programas do município, sob pena de responsabilização solidária, conforme determinado no art. 74 da Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se que as presentes recomendações não impedem que a constatação de conduta reiterada nos próximos exercícios venha a influenciar a conclusão dos pareceres prévios a serem emitidos.

Recomenda-se que a documentação de suporte que comprova a prestação de contas do exercício de 2019 seja mantida de forma segura e organizada, para caso o Tribunal de Contas venha solicitá-la em futuras ações de fiscalização.

Promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, arquivem-se os autos.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

Acolho a proposta de voto do Relator.

CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO:

Acolho a proposta de voto do Relator.



CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Também acolho a proposta de voto do Relator.

ACOLHIDA A PROPOSTA DE VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA SARA MEINBERG.)

* * * * *

dds



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Registro e Publicação de Acórdãos e Pareceres



PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 1092162

CERTIDÃO

Certifico que foram disponibilizados, no Diário Oficial de Contas do dia **25/05/2021**, a ementa e o inteiro teor do Parecer Prévio, para ciência das partes.

DEBORA CARVALHO DE ANDRADE - TC 2782-8

(assinado digitalmente)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo
Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435
Tel.: (31)3348-2184/2185



Ofício n.: 12536/2021

Processo n.: 1092162 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo José de Araújo
Presidente da Câmara Municipal de Unai

Senhor Presidente,

Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.^a que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, na Sessão de 13/05/2021, referente ao processo acima epigrafado, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 25/05/2021.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, deverão ser enviados, por meio do **Sistema Informatizado do Ministério Público – SIMP**, no endereço www.mpc.mg.gov.br/simp, os seguintes documentos em versão digitalizada: Resolução aprovada, promulgada e publicada; atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação, conforme disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 102/2008, bem como comprovação da abertura do contraditório.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, via SIMP, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retromencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/2008, bem como a adoção das medidas cabíveis por parte do Ministério Público.

Respeitosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

COMUNICADO IMPORTANTE

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br

Qualquer dúvida quanto ao Sistema Informatizado do Ministério Público, SIMP, ligue para (31) 3248-2106



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabaglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo

Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435

Tel.: (31)3348-2576



Ofício n.: 12538/2021

Processo n.: 1092162 - ELETRÔNICO

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.

À Senhora
Lilian Cunha Rissi Matusita
Responsável pelo Controle Interno

Senhora Controladora Interna,

Comunico que há recomendação a V. S.^a no parecer prévio emitido na Sessão do dia 13/05/2021, e, disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 25/05/2021, sobre as contas desse Município, referente ao processo acima epigrafado e constante da Ementa, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Atenciosamente,

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)

mmb

COMUNICADO IMPORTANTE

As defesas, atendimento a diligências, respostas a intimações e recursos relativos a processos físicos e eletrônicos deverão ser encaminhados pelo sistema e-TCE, disponível no portal do Tribunal, ficando dispensado o envio dos originais em qualquer caso.

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE PÓS-DELIBERAÇÃO - CADEL



Processo n. : 1092162

Data: 22/07/2021

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

(art. 154, da Resolução n. 12/2008)

Certifico que a deliberação de 13/05/2021, disponibilizada no Diário Oficial de Contas do dia 25/05/2021, transitou em julgado em 28/06/2021.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora



Executor: M.C.M.B.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação



Processo n.: 1092162 - ELETRÔNICO

Data: 22/07/2021

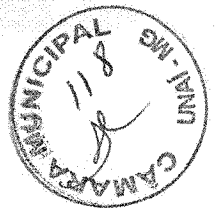
PESQUISA NO SGAP

Realizadas pesquisas junto ao Sistema Gerencial de Administração de Processos - SGAP, não foi registrada, até às 11h, do dia 22/07/2021, documentação relativa aos presentes autos, encaminhada pelo(s) responsável(eis)/interessado(s)/procurador(es), em face da deliberação disponibilizada no "Diário Oficial de Contas" de 25/05/2021.

Marília/99938



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pós-Deliberação



Processo n.: 1092162

Data: 22/07/2021

CERTIDÃO

Certifico que o Sr. José Gomes Branquinho, é o atual Prefeito do Município de Unaí, conforme consulta ao SICOM, tornando-se desnecessária nova intimação para o atual gestor, conforme art. 167 da Resolução n. 12/2008.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora
(assinado eletronicamente)